

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE MUSEOLOGIA - BACHARELADO

**A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Aluna: Cristina Valéria Oliveira da Silva

GOIÂNIA/GO,

2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE MUSEOLOGIA- BACHARELADO

**A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Cristina Valéria Oliveira da Silva

Monografia apresentada como pré-requisito para aprovação na disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”, do Curso de Museologia – Bacharelado, da Faculdade de Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Camila de Azevedo Moraes
Wichers

GOIÂNIA/GO,

2017.

**A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Cristina Valéria Oliveira da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso defendido no curso de Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de bacharel em Museologia, aprovado em _____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Camila Azevedo de Moraes Wichers (UFG)
Orientadora

Prof. Dr. Jean Tiago Baptista (UFG)

Tony Boita (Convidado)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a oportunidade da vida e poder compartilhar esta vida com pessoas que me transformam em um ser humano melhor.

Agradeço a Universidade Federal de Goiás pela possibilidade do estudo. À Faculdade de Ciências Sociais pela formação e possibilidade do conhecimento e ao curso de Museologia por reunir professores comprometidos. Ao Museu Antropológico, pela possibilidade de estágio que resultou nessa pesquisa.

A todos os professores que fazem parte do corpo docente da UFG - Curso Museologia Campus Samambaia, destacando os que participaram da minha formação Vera Wilhelm, Vânia Dolores, Rildo Bento, Jean Baptista, Camila Wichers, Pablo Lisboa, Manuelina Cândido, Tony Boita, Ricardo Pirolla, agradeço por toda paciência e dedicação.

Agradeço a minha mãe, Marlene que sempre me apoiou, nunca me deixando esmorecer em dias difíceis e que através de suas palavras e exemplos me mostrou o quanto é importante o estudo para o crescimento pessoal. Aos meus filhos Rafael e Rômulo por me apoiarem e acreditarem em minha capacidade de concluir o curso, pela compreensão de minhas ausências e por todo o amor que me dedicam. As minhas noras Viviane e Mariana, que estão dando continuidade na formação de nossa família e que direcionaram a mim incentivos constantes para a minha formação. Ao meu neto Samuel que renovou a minha alegria de viver e força para prosseguir.

Agradeço a todos os colegas do curso e em especial a Karlla Kamylla, que em minhas inúmeras dificuldades sempre esteve presente e Cláudia Regina, amiga e companheira de estudos durante todo o período de formação.

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Camila de Azevedo Moraes Wichers a qual mesmo com tantos orientandos me incluiu em sua lista e o fez com maestria e dedicação, agradeço pelo apoio, pelo encorajamento, pelo exemplo de competência e por me transmitir valiosos ensinamentos. Agradeço também a banca, Jean Baptista e Tony Boita.

E com carinho muito especial, agradeço ao professor Rildo Bento, que compartilhou seus conhecimentos com alegria transformando nossas aulas em momentos de aprendizado prazeroso após uma jornada de trabalho exaustiva e ônibus lotado.

RESUMO

Este trabalho aborda a importância da documentação museológica de acervos arqueológicos, potencializando o conjunto de ações necessárias para alcançar a preservação dos bens arqueológicos. Foi realizada a discussão de alguns conceitos como Museu, Museografia, Musealização e Museologia, conhecendo a cadeia operatória e a importância da Documentação. Apresentamos o Museu Antropológico e a Coleção Iluska Simonsen, no sentido de que a referida coleção coloca-se como exemplo dos danos acarretados por uma cadeia operatória museológica mal ordenada, onde informações são perdidas. Trazemos alguns apontamentos sobre o trabalho realizado, até o momento, com essa coleção, envolvendo a concepção de kits pedagógicos, assim como os desafios para adequação da documentação museológica dessa coleção às novas normativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Palavras-chave: Documentação; Acervos; Museologia; Arqueologia.

ABSTRACT

This work deals with the importance of museological documentation of archaeological collections, enhancing the set of actions necessary to achieve the preservation of archaeological assets. The evaluation of some concepts such as Museum, Museography, Musealization and Museology was carried out, knowing the operative chain and the importance of Documentation. We present the Anthropological Museum and the Iluska Simonsen Collection, in the sense that the collection is an example of the damage caused by a poorly ordered museum operating chain, where information is lost. We draw some notes on the work carried out so far with this collection, involving the design of pedagogical kits, as well as the challenges to adapt the museological documentation of this collection to the new regulations of the National Historical and Artistic Heritage Institute.

Keywords: Documentation; Collections; Museology; Archeology.

O profissional de museu depara-se com distintos modelos de documentos, que por muitas vezes carecem de dados a respeito do seu contexto e origem. No caso dessas informações serem ignoradas, acaba por gerar-se um vazio de informações que possivelmente prejudicará o trabalho do arqueólogo, bem como as etapas de musealização, trazendo ruídos comunicacionais que refletirão na exposição (LEAL, 2011, p. 25).

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Fato Museal e Patrimônio Arqueológico. Elaborado por Wichers.....	22
Figura 02. Cadeia operatória museológica. Elaborado pela autora.....	26
Figura 03. Cadeia operatória da Musealização da Arqueologia - (Wichers, 2013/2014, p. 27).....	28
Figura 04. Ficha básica de coleta – documentação arqueológica. Elaborada pela autora.....	31
Figura 05. Etapas do trabalho com a Coleção Iluska Simonsen, segundo Silva & Wichers (2017).....	39
Figura 06. Equipe trabalhando com a organização da coleção. Na foto, Luzia Paula da Silva (sentada, de costas) e Ana Maria Aguiar Albuquerque da Silva (em pé). Foto de Camila A. de Moraes Wichers.....	40
Figura 07. Exemplo de etiqueta de saco.....	41
Figura 08. Exemplo de etiqueta de caixa.....	41
Figura 09. Material organizado, separado para compor novas coleções.....	42
Figura 10. Exemplo das peças em exposição.....	42
Figura 11. Capa do conjunto de fichas da MALA 1.....	44
Figura 12. Capa do conjunto de fichas da MALA 2.....	44
Figura 13. Capa do conjunto de fichas da MALA 3.....	45
Figura 14: Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.....	50

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNM – Cadastro Nacional de Museus

DEMU – Departamento de Museus

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LabArq - Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico

MA – Museu Antropológico

PNM – Política Nacional de Museus

PRPI - Pró Reitoria de Pesquisa e Inovação

SBM – Sistema Brasileiro de Museus

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE SIGLAS	10
SUMÁRIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1. DIÁLOGOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS SOBRE A MUSEALIZAÇÃO DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS.....	14
1.1. MUSEU E PATRIMÔNIO.....	14
1.2. MUSEOLOGIA	21
1.3. A INTERFACE MUSEOLOGIA - ARQUEOLOGIA.....	24
1.4. A DOCUMENTAÇÃO DAS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS.....	27
CAPÍTULO 2. O CENÁRIO DA PESQUISA E A COLEÇÃO ILUSKA SIMONSEN.....	32
2.1. MUSEU ANTROPOLÓGICO	32
2.2. A COLEÇÃO ILUSKA SIMONSEN.....	34
CAPÍTULO 3. O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DA COLEÇÃO ILUSKA SIMONSEN.....	38
3.1. APONTAMENTOS SOBRE O CAMINHO PERCORRIDO: AÇÕES DE SALVAGUARDA E COMUNICAÇÃO	38
3.2. AS NOVAS DIRETRIZES PARA TRATAMENTO DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS: APONTAMENTOS PARA A CONTINUIDADE DO TRABALHO COM A COLEÇÃO ILUSKA SIMONSEN.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERENCIAS	53
ANEXOS.....	57

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo refletir a importância da documentação museológica de acervos arqueológicos, uma vez que os museus têm a necessidade de pensar a salvaguarda do seu acervo, de modo que a preservação seja realizada em todos os parâmetros de organização. Portanto, o objeto de estudo potencializa o conjunto de ações necessárias para alcançar a preservação dos bens arqueológicos, perfazendo a salvaguarda (conservação e documentação) sendo assim, a pesquisa tem a necessidade de compreender a importância da realização dos procedimentos de gestão em documentação arqueológica, partindo da estruturação até disseminação das informações relativas as coleções.

Vale destacar que a área de documentação museológica, enfrenta vários desafios para a preservação de acervos científicos, dificuldades que são causadas pela ausência de profissionais qualificados e de estrutura institucional adequada, desafios que se colocam também para os acervos arqueológicos. Desta forma, considera-se de extrema importância as ações do profissional que desenvolve o trabalho de organizar, documentar, recuperar e disponibilizar os documentos, considerados como testemunhos da história de vida dos objetos que compõem as coleções.

A escolha pelo tema se justifica após o cumprimento do estágio realizado no Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico (LabArq), onde participei do processo de catalogação do acervo, razão pela qual percebi a empatia pela documentação museológica de coleções arqueológicas. Nessa oportunidade foi possível vivenciar a prática da documentação museológica, contribuindo com a organização da documentação.

Assim, através deste estudo, almeja-se refletir as estratégias que permitem uma melhor conservação das coleções arqueológicas e da informação associada a tais elementos. Espera-se, também, que possa abrir maiores campos de pesquisa na área de formação profissional no que se refere à salvaguarda da documentação museológica de coleções arqueológicas, buscando assim, difundir a necessidade de uma maior integração entre os especialistas que atuam nessa importante missão.

Conforme aponta Helena Dodd Ferrez (1994, p. 65), a documentação museológica é o conjunto de informações sobre cada um dos objetos que compõe uma coleção, envolvendo a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia, vídeo).

Ao mesmo tempo é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar as coleções dos museus em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. Dessa forma, a documentação não é um objeto em si mesmo, mas um instrumento essencial para todas as atividades do museu.

Segundo Camila Moraes Wichers (2014, p. 2) “As instituições museológicas são antropofágicas, resinificam fragmentos do patrimônio para parcelas da sociedade”. Analisar a inserção do patrimônio arqueológico nessas instituições é um exercício complexo, pois requer um trabalho interdisciplinar devotado à criação de conceitos e métodos apropriados, sobretudo na documentação desses acervos.

A documentação produzida pelos arqueólogos/as tem grande valor e importância para a compreensão do contexto de coleta dos objetos. Para que possamos produzir uma documentação museológica desses objetos é necessário realizar modificações e adaptações, tornando a comunicação mais eficiente. Ou seja, a documentação coloca-se como sistema de importância fundamental para a comunicação dessas coleções.

A documentação museológica para acervos arqueológicos requer um saber específico e rigoroso. Nosso objetivo é criar um olhar direcionado a necessidade de suprir algumas dificuldades no campo da Musealização da Arqueologia, começando pela Documentação.

A Arqueologia é uma área que chama bastante atenção do público, construindo no presente, com base em evidências materiais, narrativas sobre o passado. O museu é o caminho para a comunicação dos acervos arqueológicos e este é o motivo deste estudo, propiciar aos museus um sistema documental adequado aos acervos arqueológicos, fazendo uma ‘ponte’ entre documentação arqueológica e documentação museológica.

Antes de adentrarmos no assunto específico de meu estudo, se faz necessária a pontuação de alguns conceitos, como Museu, Museografia, Musealização e Museologia, conhecendo a cadeia operatória e a importância da Documentação, a qual proporciona a coleção e ao acervo uma visibilidade plena. Esses conceitos compõe o **Capítulo 1**. No **Capítulo 2** apresentamos o Museu Antropológico e a Coleção Iluska Simonsen, no sentido de que a referida coleção coloca-se como exemplo dos danos acarretados por uma cadeia operatória museológica mal ordenada, onde informações são perdidas. No **Capítulo 3** trazemos alguns apontamentos sobre o trabalho realizado, até o momento, com essa coleção, envolvendo a concepção de kits pedagógicos, assim como os desafios

para adequação da documentação museológica dessa coleção às novas normativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO 1. DIÁLOGOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS SOBRE A MUSEALIZAÇÃO DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS

1.1. MUSEU E PATRIMÔNIO

Apresento rapidamente, a origem da palavra Museu e, a partir disto, o surgimento dos museus no Brasil, as ideologias presentes nos diversos momentos de sua evolução, ressaltando a modernização gerada pelo desenvolvimento das novas tecnologias e finalmente a capacitação de novos gestores em cursos que devem se espalhar pelo país.

O significado original da palavra “museu” vem do grego *mouseion*: “templo ou morada das musas”. Segundo Diana Farjalla Correia Lima:

Ao se focar Museus, tradicionalmente, associa-se sua imagem ao antigo Templo das Musas, colina de Hélicos, Grécia, local onde se depositavam oferendas às filhas de Mnemosyne e Zeus, respectivamente, a deusa da Memória e o soberano dos deuses do Olimpo. As oferendas, segundo a tradição, iniciaram o que se passou a identificar como ‘coleções’, conjuntos de bens que fazem parte do histórico museológico (2012, p. 38).

Dessa forma, a história dos museus, ainda que por essa visão mitológica, está imbricada com a existência de coleções.

Nesse processo, destaca-se a Biblioteca de Alexandria, destruída em 640 d. C. Tal fato significou o desuso do termo “museu” no mundo ocidental, tendo existido ao menos dois tipos de instituições que representam a origem do conceito contemporâneo de museu: os “gabinetes de raridades e os tesouros”, mantidos pelo poder eclesiástico assim como pelas casas reais. Em meados do século XVIII, o termo museu passa a designar um espaço de preservação científica, na França quando vai se tornando uma “instituição cultural socialmente reconhecida”.

No Brasil, a instituição chega durante o período joanino, com a fundação do Museu Real em 1818, hoje Museu Nacional. Durante o Império, o modelo de museu adotado no país seria o europeu, baseado na pesquisa elitista e na erudição de uma pequena parcela da população. Na década de 70 do século XX, as funções tradicionais dos museus foram questionadas no âmbito de um movimento que viria ser identificado como Nova Museologia, dando origem aos museus locais e regionais, na perspectiva da diversidade histórica e cultural. Diversas críticas foram lançadas aos espaços museológicos, os quais retratavam a visão eurocêntrica de exploração e acabavam por legitimar a “expansão colonialista”.

Não obstante, houve uma nova significação no pensamento museológico, ainda em curso, tendo os museus se atentado para sua função social, deixando de ser apenas um lugar de deleite e se transformando em um lugar de reflexão crítica.

O museu além de um espaço de cultura, no sentido de guardião do registro de uma cultura material, é também um espaço de memória que pode possibilitar a recriação de uma narrativa dessa mesma cultura. O museu não existe isoladamente, mas dinamicamente, na sociedade. Cabe ao museólogo de hoje, trazer o cidadão comum que, por muito tempo foi excluído deste convívio: apresentar o museu como “espaço de encontro, de convivência, de cantoria, de cidadania, de resistência, de lazer e de luta, tendo como pano de fundo a memória e o esquecimento, a preservação e a destruição”. (CHAGAS, 2011, p. 42)

No decorrer do tempo, várias conotações foram utilizadas para o termo museu. Tais conotações representam o tempo em que foram utilizadas assim como as mudanças surgidas e que exigiam novas propostas de atuação, envolvendo o novo perfil social: lidar com gente é incomparavelmente mais difícil do que lidar com coleções. “Expor e defender ideias é bem mais difícil do que expor objetos”. (MOUTINHO, 1989)

Acredito na aproximação do patrimônio material e imaterial de seu criador: o ser humano. Retirar de vez, o controle de seus acervos, de elites sociais e políticas, que por muito tempo guardaram para si o direito de acesso. Vale ressaltar que a identificação do público com o patrimônio musealizado e sua utilização para gerar estímulos no sentido da conscientização e ação sobre o real, representam hoje o papel social esperado de um museu. A Revolução Francesa já defendia tal postura: derrubar o antigo regime e garantir direitos iguais, independente do berço de nascimento, da posição social.

Conforme CHAGAS “...o museu pode subverter a ordem museológica estabelecida, criar novas possibilidades de leitura e gerar admiração, estupefação e assombro e com isso produzir conhecimento ali mesmo, no coração do inesperado”. (2011, p. 42).

As transformações sociais, políticas, éticas e tecnológicas, exigem profundas modificações na forma do museu de se apresentar, de interagir e fomentar conhecimento. As possibilidades são muitas e não existe uma que seja mais adequada: deve se considerar o local, a cultura e os valores de onde acontece sua atuação. Uma classificação em instituições de arte e história das ciências, já não atende às novas necessidades sociais.

Conforme Chagas, a globalização – novo nome do imperialismo – oferece ao museu um importante papel: sendo capazes de promover identificações, trabalham com documentos e forte base espaço-temporal. Lidam com a impermanência: expor ideias através de objetos implica um pleno domínio da linguagem museal, clareza conceitual e interesse nas pessoas. (CHAGAS, 2011). Nesta nova apresentação de museus, as mudanças exigem novos profissionais e um conhecimento vinculado à atualidade. Desligar-se do acervo preso ao valor mercadológico.

No século XVIII e durante um largo período do XIX os museus, as artes e os monumentos desempenharam o papel de educar o indivíduo, estimular o seu senso estético e afirmar o nacional. Os “bárbaros” e os “escravos” estavam fora deste alcance desse tríptico. Em outros termos: os museus da modernidade assumem dispositivos disciplinares, qualificam seus visitantes e exigem saberes, comportamentos. Mesmo assim, o século XIX é “a idade de ouro dos museus” (CHAGAS, 2011).

Como esclarece Mario Chagas, a Revolução Francesa deu início a um processo de confisco dos bens nacionais que estavam sob a posse da realeza, e, ao mesmo tempo, de destruição das lembranças do Antigo Regime. No entanto, todo aquele que não sabe, o que não aprecia as artes, o que não se identifica com os monumentos é “bárbaro” ou “escravo”, e em qualquer caso é excluído politicamente do processo de construção de memória.

De acordo com Mario Chagas,

No século XIX, as instituições de preservação do patrimônio histórico e artístico se multiplicaram. Os museus e os monumentos espalharam-se por toda a parte, tendo como principal polo irradiador os países colonizadores da Europa. Os projetos de nação passaram pela construção de museus que ordenam as memórias, os saberes e as artes. (CHAGAS, 2011, p. 10).

Permanece uma troca de poderes onde alguns heróis revolucionários acabavam atuando como os antigos representantes da nobreza e do clero. O museu passa a ordenar as memórias, os saberes e as artes. A burguesia toma, por assim dizer, o lugar das antigas elites.

No caso brasileiro, após a transferência da família real portuguesa para o Brasil deflagraria a criação de novas instituições e, dentre elas, os museus. Essas instituições não visavam negros, índios e pobres: deveriam representar os valores da aristocracia luso-brasileira, o clero, os artistas etc.

Esse processo ainda se coloca como herança museológica influenciando as instituições brasileiras até o presente, assim, urge um diferencial que reside na colocação

das instituições de memória a serviço do desenvolvimento social, “...na compreensão teórica e o exercício prático da apropriação da memória e do seu uso como ferramenta de intervenção social”. (CHAGAS, 2011, p. 18).

Finalmente, devemos destacar que o conceito de patrimônio envolve riscos e pode ser utilizado para atender a diferentes interesses políticos. O interesse no patrimônio não se justifica pelo vínculo com o passado seja ele qual for, mas sim pela sua conexão com os problemas fragmentados da atualidade, a vida dos seres humanos em relação com outros seres, coisas, palavras, sentimentos e ideias.

Os museus representam o que fomos e o que somos: insiram o que seremos. Facilmente percebe-se o grau de importância no que tange a preservação do patrimônio. O museu representa os passos de um povo: avanços e retrocessos, derrotas e vitórias, os heróis, sua cultura. São lugares de criação, diálogo e preservação do aqui e do agora.

De acordo com a Política Nacional de Museus, com a criação do Curso de Museus (1932) e da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934), ocorreu uma notável proliferação de museus no Brasil trazendo uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo. Entre os anos 40 e 50 a museologia se consolidou no Brasil.

O panorama museológico entre os anos 70 e 80 estava em ebulição e compunha-se de novas ideias, encontros, debates e novas propostas de uma museologia ativa, participativa e democrática, conforme apontado anteriormente. Em 1986, nasce o Sistema Nacional de Museus para articular e apoiar financeiramente projetos museológicos (IPHAN, 2016). Pensar e desenvolver práticas de uma museologia popular e comunitária e os desafios de refletir e agir sobre o patrimônio, considerando-o como agente de mediação, foram assumidos por praticantes da museologia. O trabalho desenvolvido por Waldisa Rússio, inovador, ousado e inspirador de uma museologia popular, politicamente engajada e comprometida com os processos de transformação social, representa a busca do novo olhar para a museologia neste período e é um bom exemplo.

Cabe frisar que o museu é, na definição do International Council of Museums:

Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade (ICOM, 2001).

Desde 2003, no contexto brasileiro, vemos um incremento do setor museológico. O Ministério da Cultura estimulou a criação de uma Política Nacional de Museus, criou

o Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio. Preparou o lançamento do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), uma grande rede de articulação e desenvolvimento que incorpora os museus estaduais e municipais. O próximo passo foi a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), antigo anseio da comunidade museológica. Somando a isto, os investimentos geraram um projeto de desenvolvimento e qualificação de jovens que queriam se dedicar aos museus.

A Política Nacional de Museus (PNM) desenvolveu, então, importantes ações de capacitação e formação profissional: o Programa de Formação e Capacitação, ao longo de quatro anos, atendeu mais de 10 mil profissionais e estudantes. Foram criados, por todo o país, numa escala surpreendente, novos cursos de graduação e pós-graduação em museologia.

Criado pelo Decreto no 5.264, de 5 de novembro de 2004, o SBM é, sem dúvida, um marco na atuação das políticas públicas de valorização, preservação e gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus, tornando-o representativo da diversidade étnica e cultural do país.

O Sistema Nacional de Cultura prevê a constituição de diversos subsistemas temáticos na área cultural a fim de preencher lacunas da cena cultural brasileira. Pretende a articulação, gestão (promover a participação da sociedade civil – produtores e usuários), informação (criar o Sistema Nacional de Informações Culturais, visando ao levantamento e ao tratamento de dados sobre bens, serviços, programas, instituições e execução orçamentária, além da realização de mapeamentos para o conhecimento da diversidade cultural brasileira) e promoção. O papel do Estado como gestor público deve ser o de agregar os diversos segmentos, possibilitando a complementação de sua ação. O Cadastro Nacional de Museus (CNM) é um instrumento criado pela Política Nacional de Museus para estabelecer uma plataforma unificada, de amplitude nacional, sobre as instituições museológicas brasileiras. Seu principal objetivo é mapear a diversidade dos museus, destacando suas identidades, características, atividades e serviços.

Em termos metodológicos, o processo de construção da Política Nacional de Museus foi dividido em quatro etapas que norteiam:

- 1- Criação de um documento básico de interação entre várias áreas de conhecimento;
- 2- Debates sobre o documento e apresentação;

3- Ampla disseminação e discussão por várias mídias até mesmo em esferas internacionais, França, Holanda e Portugal;

4- Finalmente, poder misto (poder público e sociedade civil);

Sete princípios:

- 1- Estabelecimento e consolidação de políticas públicas (patrimônio cultural, memória e dos museus);
- 2- Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus;
- 3- Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais, com respeito a diferenças e a diversidade cultural do povo brasileiro;
- 4- Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades;
- 5- Estímulo e apoio à participação dos museus comuns, ecomuseus, museus locais, escolares e outros;
- 6- Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural;
- 7- Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afro descendentes.

Após debates e reformulações foram criados sete Eixos Pragmáticos

- 1- Gestão e configuração do campo museológico (SBM);
- 2- Democratização e acesso aos bens culturais;
- 3- Formação e capacitação de recursos humanos;
- 4- Informatização de Museus;
- 5- Modernização de infraestrutura Museológicas;
- 6- Financiamento e fomento para museus;
- 7- Aquisição e gerenciamento de acervos culturais.

Dentro do Fundo Nacional de Cultura, a principal fonte de recursos para o setor museológico foi o Programa Museu, Memória e Cidadania. Esse programa, anteriormente voltado apenas para os museus federais, foi reformulado a partir de 2003, de modo a possibilitar o apoio a instituições públicas ou privadas, bem como o desenvolvimento das ações da Política Nacional de Museus.

O edital Modernização de Museus, criado pelo IPHAN / Ministério da Cultura por meio do então Departamento de Museus - DEMU, foi direcionado para projetos de

aquisição de equipamentos, de material permanente e de acervos museológicos para os museus não vinculados ao Ministério da Cultura.

Em cinco de outubro de 2004, foi firmado um convênio entre o MinC e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a realização do Programa de Apoio a Projetos de Preservação de Acervos. O programa destinou-se ao apoio de projetos de modernização de museus, arquivos e bibliotecas, com vistas à preservação de seus acervos e à melhoria das condições de atendimento ao público. Foram seis categorias de apoio: catalogação, gerenciamento ambiental, instalação de sistemas de segurança, higienização e acondicionamento, melhoria de infraestrutura e restauração.

Criado pela Caixa Econômica Federal com apoio do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, o programa visou à preservação e à promoção do patrimônio cultural brasileiro através da seleção de projetos de instituições ou entidades culturais abertas à comunidade, de direito público ou privado, sem fins lucrativos.

O Brasil iniciou o século XX com cerca de 12 museus e chegou ao século XXI, de acordo com os dados do Cadastro Nacional de Museus, com 3.118 instituições incluindo 23 museus virtuais, conforme o Guia dos Museus Brasileiros (2011).

Nas últimas décadas a visitação, aos museus também cresceu: à medida que o público se apropria do espaço museológico (através do conhecimento do que ele representa, como funciona e o que oferece à comunidade), cresce o impulso de participar mais efetivamente, contribuindo para o seu crescimento com doações, por exemplo. O público em geral também tem procurado doar peças, como se pode constatar pela crescente descentralização das doações.

O processo de modernização da infraestrutura incluiu a compra de equipamentos eletrônicos, livros técnicos e equipamento de som, capacitando o museu para melhor desempenhar sua função social.

Para que observássemos a evolução dos museus no Brasil, lancei dados que, em primeiro momento podem parecer exaustivos. Mesmo assim, são indispensáveis para melhor compreensão. A busca de uma gestão qualificada e que reconheça a necessidade de trazer o museu ao exercício de sua função social: aproximá-lo do cidadão, fazer com que corresponda à sua expectativa, configurar a inclusão indiscriminada, adequar-se ao mundo de não permanência. Tudo é hoje muito rápido: o museu deve acompanhar este ser humano em sua corrida em busca do futuro.

1.2. MUSEOLOGIA

Vamos falar um pouco da definição de Museologia. Não podemos falar de Museologia sem falar em Museografia, são termos inseparáveis e que completam entre si. Muitos autores se dedicam ao estudo de seus conceitos.

Para o ICOM a Museologia é considerada a “ciência do Museu” e a Museografia, “conjunto de técnicas desenvolvidas para preencher as funções museais” (DESVALLES & MAIRESSE, 2013, p. 58.).

A teoria formalizada pela museóloga Waldisa Rússio apresenta a Museologia como sendo uma ciência nova, que está em processo, apresentando um objeto de estudo diferente: “**o fato museal**”, nome dado à relação entre o homem, sujeito conhecedor, com o objeto, parte da realidade também integrada pelo homem e sobre a qual ele tem poder de agir (GUARNIERI, 1990, p. 9). No que concerne ao tema dessa pesquisa, podemos reelaborar o fato museal de seguinte forma:

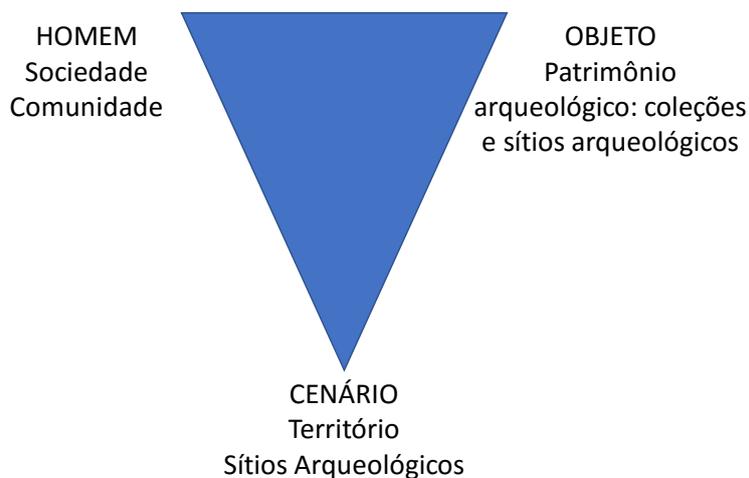


Figura 01. Fato Museal e Patrimônio Arqueológico. Elaborado por Camila Wichers.

Interessante notar, que os sítios arqueológicos, enquanto locais onde são encontradas evidências das sociedades humanas são, a um só tempo, objetos e cenários no escopo do fato museal. As especificidades da Musealização da Arqueologia serão apresentadas em um item voltado ao assunto, adiante.

Voltemos à definição do objeto de estudo da Museologia. Segundo Peter Van Mensch (1992), entende-se que a Museologia embasa suas práticas no trinômio “preservação, investigação e comunicação”. Para entendermos melhor esta afirmação

utilizaremos o conceito de Museologia difundido pelo Caderno de Diretrizes museológicas:

Disciplina que tem por objeto o estudo de uma relação específica do homem com a realidade, ou seja, do homem/sujeito que conhece com os objetos/testemunhos da realidade, no espaço/cenário museu, que pode ser institucionalizado ou não. Nas últimas décadas, com a renovação das experiências no campo da museologia, o entendimento corrente de que se trata da ciência dos museus, que se ocupa das finalidades e da organização da instituição museológica, cede lugar a novos conceitos, além do descrito acima, tais como, estudo da implementação de ações de preservação da herança cultural e natural ou estudo dos objetos museológicos (IPHAN, 2006, p. 149).

Museologia e Museografia compartilham o mesmo objetivo que é atuar nos museus em todos os aspectos, mas que também se distanciam na prática, pois a museologia age com as referências teóricas após a análise dos fatos museográficos.

A Museologia utiliza-se dos processos de musealização como base para uma prática preservacionista aplicada aos acervos presentes nos museus, independente da sua tipologia. O processo de musealização é uma ferramenta de suma importância e deve ser aplicada a qualquer realidade. A Museologia faz uso desse processo para que o patrimônio adentre no universo museológico adquirindo excelência na exposição e gestão dos bens. Segundo Marília Cury (2006), a musealização começa no processo de aquisição do material, passa pelos tratamentos de pesquisa, conservação e documentação e finalizada na comunicação. Verificamos assim a existência de aproximações e distanciamentos entre Arqueologia e Museologia. De acordo com Cristina Bruno:

As ciências Humanas, em geral, evidenciam facetas das sociedades, descobrem peculiaridades de um passado às vezes esquecido e fazem aflorar os indicadores da memória, mas não têm potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como a área de conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória (BRUNO, 1996, p.11).

Baseado na produção escrita e organizada no âmbito do ICOFOM – Comitê Internacional do ICOM para a Museologia, Peter Van Mensch (1994) indica cinco segmentos de ideias no sentido de contribuir para a construção da Museologia como disciplina científica:

- 1- A Museologia como estudo da finalidade e organização de museus;
- 2- A Museologia como o estudo da implementação e integração de um conjunto de atividades visando à preservação e uso da herança cultural e natural;
- 3- A Museologia como estudo dos objetos de museu;

- 4- A Museologia como estudo da musealidade e;
- 5- A Museologia como o estudo da relação especificado homem com a realidade.

Para Cristina Bruno, a Museologia se interessa em administrar, conservar e em organizar novas formas de informação, utilizando discursos expositivos e estratégias pedagógicas, que e lentamente vem se organizando, superando padrões e enfrentando novos desafios.

Importante apontar que desde 1984, a profissão do Museólogo é regulamentada, conforme a Lei Nº 7.287. De acordo com Art.3, são atribuições do profissional:

- I - Ensinar a matéria Museologia, nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais;
- II - Planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos Museus e de instituições afins;
- III - Executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus;
- IV - Solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento específico;
- V - Coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico;
- VI - Planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais;
- VII - Promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos;
- VIII - Definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das coleções;
- IX - Informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior;
- X - Dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de Museologia nas instituições governamentais da administração direta e indireta, bem como em órgãos particulares de idêntica finalidade;
- XI - Prestar serviços de consultoria e assessoria na área de Museologia;
- XII - Realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem como sua autenticidade;
- XIII - Orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoas das áreas de Museologia e Museografia, como atividades de extensão;

XIV - orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, bem como nelas fazer-se representar.

A meu ver, o museólogo deve ser consciencioso para planejar e pôr em prática as **atividades técnicas em espaços museais e em processos preservacionistas, em um amplo** censo. Dessa forma, os profissionais:

Problematizam sobre os distintos níveis para a formação profissional, mas entendem que esta discussão deve ser construtiva e, sobretudo, têm a consciência sobre a responsabilidade que cabe a estes profissionais, no que se refere à manutenção e ampliação do espaço que estas instituições podem ocupar nas diferentes sociedades (BRUNO, 2007, p. 7).

Sobre a importância dos profissionais de Museologia e a especificada desse estudo, qual seja, o tratamento das coleções arqueológicas, vale pontuar que a mesma demanda, obrigatoriamente, um trabalho interdisciplinar, com profissionais da Museologia e da Arqueologia.

1.3. A INTERFACE MUSEOLOGIA - ARQUEOLOGIA

A musealização de artefatos arqueológicos torna-se um processo de extrema complexidade, pois se inicia no próprio sítio, sem a inserção direta de um profissional de Museologia, na maior parte dos casos. Profissionais de Arqueologia e Museologia possuem ferramentas específicas e competências variadas, mas terão sua junção no momento em que os objetos entrarem no museu, justamente na gestão deste patrimônio.

O museu, além de um espaço de cultura, no sentido de guardião do registro de uma cultura material, é também um espaço de memória que pode possibilitar a recriação de uma narrativa dessa mesma cultura.

A cadeia operatória busca a igualdade das forças entre a Salvaguarda (Documentação e Conservação) e a Comunicação (Exposição e Ação Educativa). Assim a Documentação Museológica faz parte da cadeia operatória museológica, sendo um procedimento essencial dentro de um museu, uma vez que representa o conjunto de informações sobre os objetos por meio das palavras e imagens.

Trata-se, ao mesmo tempo, de um sistema de recuperação de informação capaz de transformar acervos em fontes de pesquisa científica e/ou em agentes de transmissão de conhecimento, o que exige a aplicação de conceitos e técnicas próprios, além de algumas convenções, visando à padronização de conteúdos e linguagens (CÂNDIDO, 2009, p. 48).

Para melhor compreendermos o funcionamento da Cadeia Operatória do processo Museológico e procedimentos realizados em suas etapas:



Figura 02. Cadeia operatória museológica (BRUNO, 2004).

Frente a este contexto, discutiremos em específico nessa pesquisa as coleções arqueológicas, considerando o quanto estas se constituem em um material rico de memória, quando acompanhadas de uma documentação organizada, que busca informar o contexto de cada objeto.

Arqueologia é a ciência que estuda o ser humano a partir da cultura material produzida, utilizada e descartada pelos homens e mulheres do passado e do presente (WICHERS, 2015). Tanto a Arqueologia quanto a Museologia trabalham com a cultura material, ainda que a segunda possa trabalhar com o conceito de patrimônio intangível, sendo esse patrimônio sempre mediado pelas coisas. Por cultura material entende-se três categorias: os artefatos (objetos); as estruturas (ou construções) e os biofatos ou ecofatos (as alterações na paisagem).

Estas disciplinas apesar de diferentes atuações perante o patrimônio cultural, possuem muitos dos seus caminhos entrelaçados causando uma cumplicidade (WICHERS, 2011). A Museologia baseia suas práticas na pesquisa, salvaguarda e comunicação, enquanto a Arqueologia trabalha com os vestígios das práticas humanas, estudando os materiais e seus vestígios de épocas diversas e distintas, materiais que contam a história humana.

Segundo Moraes Wichers (2013/2014) “As instituições museológicas são antropofágicas, ressignificam fragmentos do patrimônio para parcelas da sociedade”. Analisar a inserção do patrimônio arqueológico nessas instituições é um exercício complexo, pois requer um trabalho interdisciplinar devotado à criação de conceitos e métodos apropriados, sobretudo na documentação desses acervos.

Visando construir diálogos entre a Arqueologia e Museologia, podemos adotar a ideia de uma Museologia voltada ao estudo do “fato museal”, conforme a concepção de Waldisa Rússio Guarnieri (1990), já mencionada. Isso porque essa noção expande as possibilidades de trabalho museológico com coleções e sítios arqueológicos que não estejam necessariamente inseridos em museus.

Tendo a Museologia novas designações como a Nova Museologia, Museologia Social, Sociomuseologia, Museologia Popular, Museologia Comunitária, entre outras, a Arqueologia também possui uma teoria arqueológica que enfatiza a subjetividade das interpretações arqueológicas, a arqueologia pós-processual. É nesta abertura que podemos alcançar o entrelaçamento interdisciplinar conseguindo desta forma novas leituras e ressignificações do contexto arqueológico.

... a interface entre Sociomuseologia e as Arqueologias Pós-Processuais surge como caminho para a superação dos dilemas aqui apresentados. Ainda que, no Brasil, grande parte da pesquisa arqueológica esteja associada à prática de ‘especialistas’ no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos diversos, a premissa de que o conhecimento construído é subjetivo abre possibilidades de releitura das coleções e narrativas arqueológicas pelas comunidades. A Sociomuseologia apresenta estratégias que aprimoram a referida leitura. (WICHERS, 2010, p. 336).

Entendo a interface Arqueologia-Museologia como potencializadora da aproximação da sociedade e prática arqueológica e tendo como escopo a interação da Sociomuseologia com as perspectivas das Arqueologias Pós- Processuais.

O/a museólogo/a se depara com vários e distintos modelos de documentação quando os materiais arqueológicos adentram em um museu. Diversas vezes temos informações em um jargão arqueológico, pouco compreensíveis, ou até mesmo a

completa ausência de informações contextuais. Essa falta de informações dificulta a comunicação do objeto com a sociedade em uma exposição, por exemplo:

A Arqueologia se utiliza dos espaços museais para armazenamento, pesquisa, salvaguarda e comunicação. Atualmente existe um aumento significativo de trabalhos acadêmicos abordando a Musealização da Arqueologia, como demonstra o dossiê da Revista de Arqueologia, publicado pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (BRUNO & WICHERS, 2013/2014). Apresento a seguir o esquema da cadeia operatória museológica, elaborado por Moraes Wichers, para o tratamento do patrimônio arqueológico:



Figura 03. Cadeia operatória da Musealização da Arqueologia - Wichers (2013/2014, p. 27).

No enquadramento completo proposto por Moraes Wichers, a Comunicação e a Salvaguarda são essenciais, mas devido a Arqueologia Brasileira ser ainda presa a uma visão elitista, falta a vontade e coragem para assumir a função de buscar uma compreensão e socialização mais ampla, que no caso seria a meu pensar a Musealização da Arqueologia.

1.4. A DOCUMENTAÇÃO DAS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS

No presente estudo, a documentação museológica de coleções arqueológicas, é considerada ferramenta de extrema importância no processo de musealização, sobretudo por garantir a salvaguarda das informações intrínsecas e extrínsecas que correspondem aos objetos, visto que o processo de documentação, também tem o intuito de fomentar o conhecimento e dar suporte a pesquisas futuras, razão pela qual a documentação museológica para acervos arqueológicos requer um saber específico no ato de informar. Conforme aponta Leal:

O profissional de museu depara-se com distintos modelos de documentos, que por muitas vezes carecem de dados a respeito do seu contexto e origem. No caso dessas informações serem ignoradas, acaba por gerar-se um vazio de informações que possivelmente prejudicará o trabalho do arqueólogo, bem como as etapas de musealização, trazendo ruídos comunicacionais que refletirão na exposição. (LEAL, 2011, p. 25).

No caso das coleções arqueológicas, a coleta dessas informações torna-se essencial visto que o/a arqueólogo/a deve preocupar-se em extrair o máximo de dados que referenciem os materiais que serão coletados, uma vez que se os detalhes não forem documentados, perde-se parte do contexto que não poderá ser reconstituído.

Peças arqueológicas, uma vez perdidas as informações sobre sua origem – ou seja, as referências estratigráficas, espaciais e cronológicas, bem como as associações com outros objetos e estruturas no solo escavado – deixam de ter qualquer valor para a arqueologia. Torna-se impossível recuperar o contexto da sua produção, utilização e deposição, justo o que permite entender o funcionamento de sistemas socioculturais extintos [...] (LIMA, 2007, p. 05).

Nesse contexto documentação é considerada importante instrumento em função da preservação e historicidade do material, sendo ela uma forma de conservação que deve obedecer as diretrizes e os parâmetros mínimos que estabelecem a forma que os acervos dos museus devem ser catalogados de forma a descreverem suas peças, a sua procedência, o contexto a que pertenciam, bem como o seu estado de conservação e a situação atual, no que diz respeito ao tratamento e a sua localização no interior do museu. Assim considera-se que a área que atua na documentação das coleções e acervos arqueológicos estabelece **uma ‘ponte’ entre documentação museológica e arqueológica**. Demandando a construção de termos e conceitos em comum, mas que não diluam as especificidades desses campos do conhecimento.

[...] a inventariação de uma coleção é uma tarefa que exige continuidade e uniformidade de critérios. Neste campo a informatização de uma coleção pode ser um meio de registrar um conjunto de informações sobre os objetos de uma coleção de forma eficiente e fácil de manusear (PRIMO; REBOUÇAS; MATEUS, 1999, p. 05).

A documentação de acervos de coleções arqueológicas diz muito além do que a simples descrição de sua materialidade, assim, realizar uma análise da documentação e das formas de gerenciar estas informações, percebe-se o quanto a documentação das coleções arqueológicas é importante, uma vez que se constitui o **alicerce do processo de musealização**.

[...] a constituição de fenômenos museais e a implantação de processos museológicos dependem do respeito aos procedimentos de salvaguarda e comunicação dos artefatos, coleções e acervos, suas respectivas informações e contextualizações. Isto significa tratar da formação profissional e não desprezar a interdisciplinaridade (BRUNO, 1999, p. 334. Apud LEAL, 2014, p. 21).

Desta forma, deve-se seguir um encadeamento que **aborde a história de vida do objeto, desde sua coleta até o momento atual no museu**, com a preocupação com o gerenciamento das informações, visando compor o documentário, sob a forma de um sistema eficaz de recuperação de dados, que sirva como fonte de informações para a interpretação e exposição dos artefatos. Da mesma forma, **a pesquisa arqueológica gera um conjunto de informações sobre a vida pretérita do objeto**, ou seja, um estudo propriamente arqueológico, ao examinar o objeto e seu contexto de coleta, resulta em interpretações acerca dos processos sociais de produção, uso e descarte desse objeto, sendo importante que o sistema de documentação traga, em alguma medida, essas informações. Vale ressaltar que a documentação arqueológica não deve ser pensada, como um elemento desvinculado, uma vez que nos possibilita conhecer as práticas cotidianas mediante as diversas informações, dentre as quais destacamos:

Sítio Arqueológico:
Nº de Proveniência (NP):
Proveniência:
Nível/ Camada:
Tipo: artefatos () estruturas () biofatos/ecofatos ()
Matéria prima:
Quantidade:
Descrição:
Data da Coleta:
Responsável pela Coleta:
Observações:

Figura 04. Ficha básica de coleta – documentação arqueológica. Elaborada pela autora.

Diante de tais considerações, pode-se dizer que Arqueologia tem como missão investigar os mais diversos tipos de vestígios materiais para compreender o contexto de atividades humanas em um determinado tempo e espaço. Portanto, o/a profissional deve conhecer as ciências humanas, ciências biológicas, ciências da terra e até das ciências exatas. A esse conhecimento, estão associados os documentos textuais e não textuais que contam a trajetória do objeto, o que inclui levantamentos e cadastramentos de sítios, assim como trabalhos que envolvem a escavação enquanto metodologia de trabalho. A Figura 04 traz alguns campos essenciais, não exaustivos, a ser preenchidos em campo, quando da coleta de cada objeto, pela equipe de arqueologia. Não obstante, essa informação será a base para a construção da documentação museológica, a ser gerada posteriormente, na instituição.

Conclui-se que é de suma importância que haja uma normatização mínima no Brasil, que estabeleça critérios a serem preenchidos, tanto na documentação feita em campo, quanto na efetuada no Museu, pois isso evita diversidade e ausência de informações e, por outro lado, facilita o processo de comunicação entre o objeto e sua história.

O presente trabalho procura assim, demonstrar que a documentação dos acervos arqueológicos, a ser realizada de forma integrada pelas equipes envolvidas, é fundamental

para a compreensão e musealização dessas coleções. Integra, ainda, fontes escritas, visuais, audiovisuais.

Nesse sentido as coleções são organizadas e arquivadas, bem como são utilizadas como fontes para pesquisas, os vestígios arqueológicos também devem ter os mesmos cuidados, e ser aproveitados da mesma forma.

Diante de tais considerações, ao implantar o sistema documental é imprescindível entender as coleções que compõem o acervo e então apresentar um método de identificação de conjunto de objetos, que corresponde a uma categoria ou subcategorias, as quais estão relacionadas com as tipologias que determinam o agrupamento de objetos a partir da composição, ou seja, o tipo de material que compõe a peça.

Nesta perspectiva, torna-se necessário ressaltar que os documentos devem estar em segurança oferecendo possibilidades de recuperação e informação atualizada sobre os acervos, na forma de registros e inventários quando se fizer necessário.

CAPÍTULO 2. O CENÁRIO DA PESQUISA E A COLEÇÃO ILUSKA SIMONSEN

2.1. MUSEU ANTROPOLÓGICO

Para esse capítulo, realizei pesquisas em monografias e dissertações de pesquisadores que se escreveram sobre o Museu, como Luciano Costa Jucá (2015) e Gustavo de Oliveira Araújo (2016). O Museu Antropológico é um órgão suplementar da Universidade Federal de Goiás. É uma instituição museal, pública e sem fins lucrativos, aberta ao público. Vinculado à Pró Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI). Foi criado em 1969 e aberto ao público em 1970 se destinando à coleta, inventário, documentação, preservação, segurança, exposição e comunicação de seu acervo.

As primeiras pesquisas do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás foram feitas em uma viagem de estudos na região do Xingu, pelo então professor e sertanista Acary Passos de Oliveira e de outros professores da UFG entre eles Vivaldo Vieira da Silva, Antônio Theodoro da Silva Neiva e o Padre José Pereira de Maria, todos já falecidos, onde foram coletados os primeiros objetos que compõem o acervo etnográfico do Museu.

Esta viagem teve cobertura da mídia local, mas na época pouco se falava sobre cultura imaterial, o enfoque era apenas pela materialidade e nesta ocasião o Museu Antropológico da UFG era tratado como Museu do Índio.

O Museu Antropológico estava comprometido com as causas indígenas, adquirindo e preservando a cultura material, mas, em uma perspectiva por vezes salvacionista dos objetos, uma vez que se pensava que os povos indígenas não preservariam suas culturas diante do avanço colonizador.

...como outros museus etnográficos brasileiros, o Museu Antropológico da UFG foi fundado num contexto ideológico em que se acreditava que os processos de industrialização e urbanização em curso no país viriam provocar mudanças de tal monta que fariam desaparecer os modos de vida de vários grupos populacionais distanciados daqueles processos. Era, portanto, necessário e urgente resgatar e registrar aquilo que os intelectuais de várias filiações imaginavam estar em vias de extinção, especialmente as expressões culturais indígenas, como artefatos, mitos, rituais, cantos e danças. [...] (LIMA, 2012, p. 73-74).

Nesta época mostrar cultura era mostrar objetos adquiridos em atividade de campo. Posteriormente, o Museu Antropológico se transforma em um espaço multidisciplinar adentrando em pesquisas com línguas indígenas, a cultura popular na

vida do campo e também realizar projetos visando a educação intercultural. Conforme aponta Nei Clara de Lima:

Assim, a Antropologia dos tempos pioneiros do Museu Antropológico em suas relações com os povos indígenas, por força das ideias dominantes na época – mas também contribuindo para a sua disseminação – colaborou para a produção de uma alteridade atribuída aos indígenas que, entre outras coisas, considerava-os localizados no passado da região. Por sua vez, essa alteridade era útil à constituição de uma nova identidade regional que vinha com os novos arranjos da sociedade que se urbanizava. A modernização chegava para civilizar todos os quadrantes atrasados do país, no nosso caso, especialmente pelos caminhos que a Universidade abria ao projeto modernizante brasileiro. (2012, p.73 e 74).

Acary de Passos Oliveira nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1907. Foi Tenente das Forças Armadas do Brasil, jornalista, antropólogo, historiador, indigenista, sertanista e também contador de histórias. Foi convidado para ser o primeiro Diretor do recém-criado Museu Antropológico UFG (1969-1982) pela professora Lena Castello Branco então diretora do ICHL. Durante sua gestão, fez várias viagens a campo coletando objetos que fariam parte do acervo do Museu, várias peças que compõem o acervo do Museu pertenceram ao acervo particular de Acary.

Na segunda gestão do Museu Antropológico da UFG, pela professora Edna Luísa de Melo Taveira (1982-1997), foi realizado um levantamento do acervo e da realidade do Museu através da elaboração do Plano de Ação 1982, criando assim normas e critérios para a aquisição de objetos para o acervo do museu.

Em 1998, o professor e antropólogo Marco Antônio Lazarin assumiu a direção do Museu Antropológico da UFG, dando continuidade ao Plano de Ação 1987-1997, reformando espaços dos antigos laboratórios de fotografia e radiografia. Com o apoio do Banco Real foram instalados nesses espaços as salas de documentação fotográfica e museográfica.

Após a gestão do Professor Marco Antônio Lazarin, assumiu o cargo a arqueóloga Profa. Dra. Dilamar Cândida Martins no período de 2002 a 2005 e a arqueóloga Profa. Dra. Nei Clara de Lima nos períodos de 2006 a 2013. Desde 2014, a professora Dilamar Cândida Martins encontra-se novamente no cargo.

As gestões das duas diretoras mantiveram e deram continuidade nos projetos anteriores e neste período foi substituída a antiga exposição “Museu: Expressão de Vida” por “Lavras e Louvores” em 2006, que teve Selma Sena e Nei Clara como curadoras.

Sediado na Praça Universitária que é um lugar estratégico, desenvolvendo diversos projetos de pesquisa no campo da Antropologia. Possui projetos já em

andamento ligados ao povo Karajá, pesquisas na área da arqueologia e projetos internos no tratamento dos acervos que estão sob sua salvaguarda.

O Museu possui atualmente uma reserva técnica etnográfica, duas reservas técnicas arqueológicas e uma reserva técnica documental. A coordenação de Museologia que é responsável pela gestão do acervo, esteja ele nas reservas técnicas ou na exposição. Ela é composta por alguns setores, dentre eles o de preservação e restauro responsável por todo o trabalho de conservação preventiva e tratamento de restauro quando necessário.

O Museu Antropológico da UFG está em uma posição muito especial em âmbito nacional. Sendo ele um Museu Universitário, implica que os estudantes e pesquisadores estejam presentes no Museu, produzindo conhecimento a partir de seu acervo.

2.2. A COLEÇÃO ILUSKA SIMONSEN

Uma coleção é um conjunto de objetos. Nesse caso, a Coleção Iluska Simonsen tem esse nome porque foi coletada durante os trabalhos realizados por essa mulher, que mesmo sem formação específica em arqueologia, situação recorrente à época, ficou associada ao Museu Antropológico como pesquisadora na década de 1970, desenvolvendo pesquisas, sobretudo, na região de Planaltina de Goiás (MELO e BREDA, 1972; MARTINS et. al., 2009). Iluska era casada com Mario Henrique Simonsen, que atuou como Ministro da Fazenda durante o governo de Ernesto Geisel, entre 1974 e 1979, e Ministro do Planejamento no governo Figueiredo. A inserção da pesquisadora no museu está relacionada a essa rede de relações políticas, temática ainda não trabalhada na história da Arqueologia Brasileira.

Grande parte da coleção Iluska Simonsen é formada por objetos de pedra lascada fabricados a partir de diversas matérias-primas, com predomínio em sílex, apresentando também exemplares de objetos cerâmicos, ósseo, louça, metal, entre outros.

Iluska travou diálogo com pesquisadores de destaque na Arqueologia Brasileira da época, como Alfredo Mendonça de Souza e Mário Simões. Em 1975, publicou os resultados preliminares das pesquisas, sob o título “Alguns sítios arqueológicos da série Bambuí em Goiás”, descrevendo seis sítios dentre os dez sítios cadastrados (SIMONSEN, 1975). Interessante notar que essa publicação apresenta os croquis dos sítios trabalhados,

imagens, desenhos de algumas peças, o que demonstra uma preocupação no registro das atividades de campo.

Contudo, uma década depois, ao ser acessada, a coleção apresentava-se desprovida de informações compreensíveis dos locais de coleta, perdendo-se parte da informação científica. Esse estado de coisas, comum nas coleções arqueológicas, resulta em desafios de monta para a Musealização da Arqueologia.

Tomemos como fonte o relatório produzido pela então bolsista do MA, Delza Ferreira Tavares Bueno, que trabalhou entre julho de 1984 e março de 1986 com a organização dessa coleção, orientada pela então diretora do museu, professora Edna Luíza de Melo Taveira (BUENO, 1986). Esse relatório foi sintetizado para fins dessa pesquisa, sendo apresentado no **Anexo 1**.

Segundo o referido relatório, a pesquisa abordava os estudos da indústria lítica, a partir de seu manuseio em laboratório e em conformidade com regras de manuseio museológicas para organização da coleção arqueológica. A autora contatou ao longo desse processo a importância da pesquisa científica para formação de coleções e o conhecimento advindo do tratamento dessas coleções (BUENO, 1986).

O referido relatório ressalta a importância da documentação museológica, da necessidade de se transmitir o universo cultural contido no objeto museológico. Na arqueologia, a intrínseca relação entre pesquisa de campo e laboratório, garantem a qualidade do trabalho científico. O sítio arqueológico ao ser escavado, é destruído. Assim, os objetos se transformam em documento vivo de uma realidade cultural do grupo a que pertence (BUENO, 1986).

Bueno também consultou a publicação elaborada por Iluska Simonsen em 1975, mas constatou que em diversos momentos, o acervo foi manuseado sem que se fizesse registros metodológicos, acarretando na perda de informações. Parte das informações foram obtidas através de funcionários do museu e que ainda trabalham na instituição. Por este motivo, os dados foram divididos em dados objetivos (escritos) e dados subjetivos (orais). O levantamento de material comprovou que o sistema de numeração adotado pelo Projeto de Levantamento e Cadastramento dos Sítios Arqueológicos do Estado de Goiás da UFG, mostrava-se confuso, desvinculando o número sequencial da peça registrada. Optou-se pelos registros subjetivos, consultando antigos funcionários.

Essa primeira tentativa de sistematização da coleção manipulou um total de **22.576 peças**, sendo que 2/3 do material já se apresentava sem informações de

procedência. Na época foram consultadas as documentações disponíveis, bem como manipulados os objetos, tendo sido higienizados e organizados. Essa organização ocorreu em dois momentos – em uma organização preliminar e uma segunda, por coleções – sendo que nos parece que cada coleção correspondia a um sítio. A atividade deu-se finalmente segundo: sítio, sequência numérica, outras marcas, etiquetas, ausência de referências. Novas etiquetas internas e externas foram confeccionadas, com dados reais quanto ao material acondicionado. Esse relatório traz, assim, um detalhamento da condição da coleção, à época, trazendo dados interessantes como o fato das peças terem sido marcadas, em algum momento de sua trajetória, com canetas hidrocor – o que foi indicado por Bueno como “pintas”.

Sobre o sistema de numeração, adotou-se o sistema utilizado pelo Museu Antropológico, cujo objetivo é uniformizar a catalogação nos museus brasileiros. Exemplo: 74.002.I (74 o ano da entrada da peça no museu/// 002 número da coleção referente a gruta ou sítio/// I – primeira peça da coleção).

Para Delza Ferreira Tavares Bueno, ficou constatado que a pesquisa de campo e o laboratório são etapas complementares e quando não respeitadas, geram o desconforto quando da ausência de informações confiáveis e/ou ausência de dados de completam a pesquisa.

Outra informação importante é que, diante da ausência de informações, Bueno propôs a utilização didática–pedagógica cujo resultado permita “oferecer amparo à comunidade universitária e a todos que busquem atividades acadêmicas com objetivo educativo” (BUENO, 1986).

Em 2013, outras peças chegaram ao museu, como doação de Iluska Simonsen. A arqueóloga e professora Dilamar Cândida Martins, ao assumir a direção do órgão em 2014, coordenou as ações de organização dessas peças. Seu relatório tem como propósito descrever as condições organizacionais e documentais observadas no acervo recebido para a sua incorporação à coleção arqueológica já depositada no Museu Antropológico em 1974, bem como os procedimentos aplicados para o inventário das peças recebidas. Sobre o relatório anterior, de Bueno, Martins destaca:

Reforça-se que para quaisquer consultas ou utilização da Coleção Iluska Simonsen o estudo citado torna-se de fundamental importância para a compreensão da pesquisa, do material, dos procedimentos aplicados em laboratório, da análise dos documentos e das planilhas de inventário do referido acervo (MARTINS, 2014, p. 10).

No encaminhamento, a doadora expressa somente o quantitativo das peças que, acondicionadas de forma assistemática, totalizariam cerca de 350 peças. Contudo, após as etapas de higienização, inventário e organização, constatou-se que o conjunto era composto por 880 peças, as quais apresentaram os mesmos problemas documentais diagnosticados por Tavares Bueno (1986), razão pela qual foram adotados os mesmos procedimentos propostos pela autora no processo de organização da referida coleção.

Nossa inserção nesse trabalho deu-se no âmbito de uma tentativa de estabelecimento de um processo de musealização dessa coleção, integrando os esforços envidados por Tavares Bueno (1986) e Museu Antropológico (2014), com especial atenção ao estabelecimento de uma metodologia adequada para a coleção como um todo.

CAPÍTULO 3. O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DA COLEÇÃO ILUSKA SIMONSEN

3.1. APONTAMENTOS SOBRE O CAMINHO PERCORRIDO: AÇÕES DE SALVAGUARDA E COMUNICAÇÃO

Durante o Estágio Curricular Obrigatório I, orientado pela professora Camila A. Moraes Wichers, realizado no Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, no período de 03 de novembro de 2015 à 03 de fevereiro de 2016, possibilitou maior conhecimento diante da coleção Iluska Simonsen.

Para este trabalho contou-se diferentes equipes de alunos graduação em Museologia, entre os anos de 2014 e 2015, a saber: Tony Boita, Darlen Priscila S. Rodrigues, Ana Maria Aguiar Albuquerque da Silva, Thalita L. V. dos Santos, Karlla Kamylla Passos dos Santos, Natcha Moyano, Paulo Henrique N. Santana, Luzia A. de Paula Silva, Karolyn Soledad Savedra Correia e Giovanna Silveira dos Santos, além da minha participação direta. Esses trabalhos também envolveram a Coleção Acary Passos de Oliveira, que não está sendo abordada na presente monografia, que se caracteriza, sobretudo, por objetos cerâmicos.

Essas ações estavam ordenadas no projeto de extensão “MALA – Mala Arqueológica do LabArq”, que consiste na elaboração, aplicação e avaliação de kits pedagógicos com objetos arqueológicos. Esse projeto tem como objetivos:

- Retomar acervos arqueológicos das primeiras coleções do museu (Coleção Iluska Simonsen & Coleção Acary de Passos Oliveira);
- Desenvolver procedimentos de salvaguarda (documentação e conservação preventiva) dos objetos arqueológicos;
- Elaborar as maletas arqueológicas a partir de procedimentos próprios à expografia;
- Conceber Fichas de Apoio Pedagógico para os kits;
- Socializar os acervos arqueológicos do MA por meio de ações extramuros;
- Avaliar a experiências educativas advindas do uso do kit;
- Oportunizar um espaço de aprendizado no escopo do estágio obrigatório no LabArq.

Segue abaixo um fluxograma do trabalho realizado:

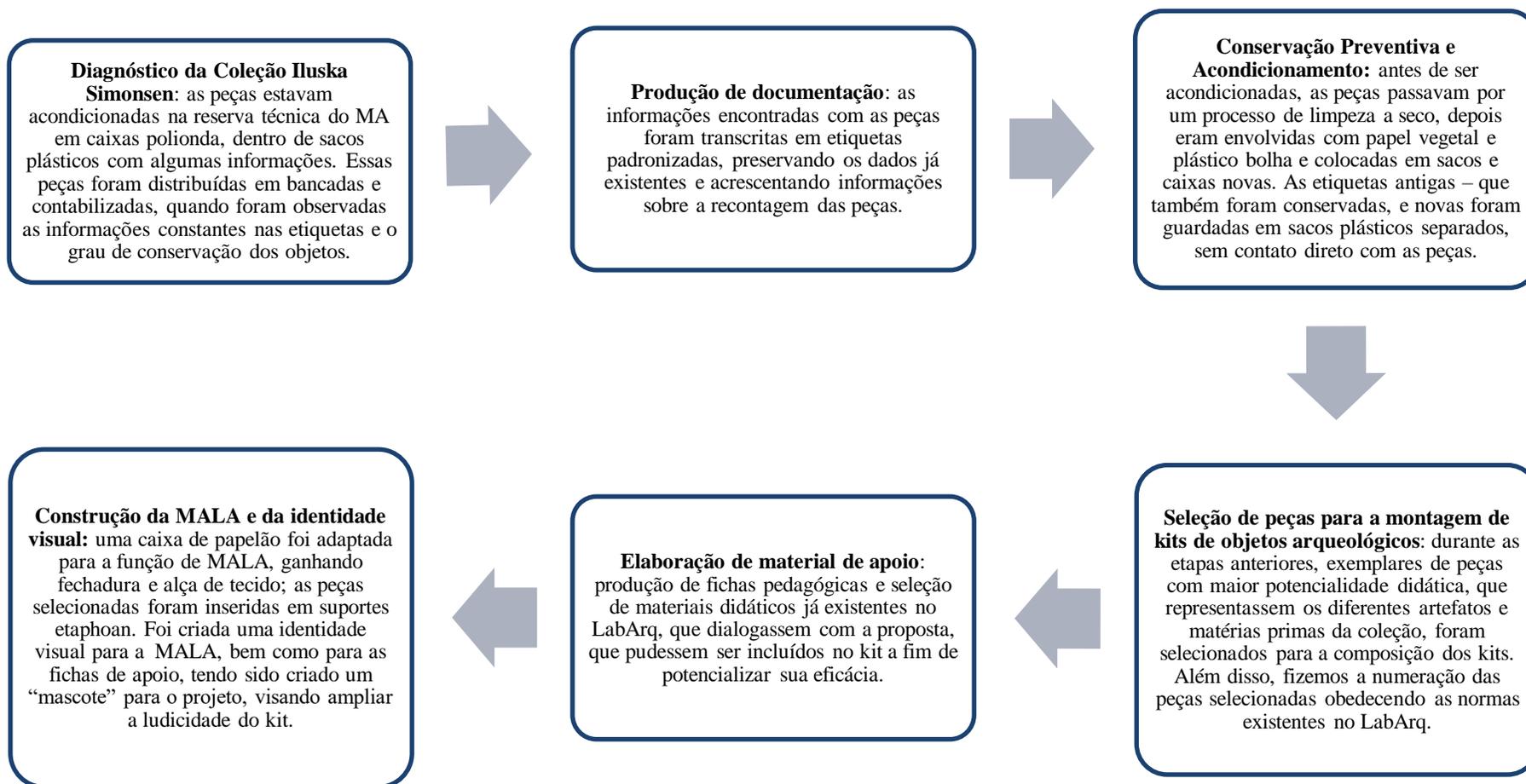


Figura 05. Etapas do trabalho com a Coleção Iluska Simonsen, segundo Silva & Wichers (2017).

Os trabalhos sempre foram iniciados pela retirada das peças das caixas, distribuição em bancadas, higienização das peças, separação de peças para os kits pedagógicos (MALA1, MALA2 e MALA3).



Figura 06. Equipe trabalhando com a organização da coleção. Na foto, Luzia Paula da Silva (sentada, de costas) e Ana Maria Aguiar Albuquerque da Silva (em pé). Foto de Camila A. de Moraes Wichers.

As peças não separadas para os kits, eram acondicionadas individualmente, com utilização do papel pó de pedra, em sacos plásticos, com etiquetas padronizadas, nas quais eram inseridas todas as informações disponíveis em cada conjunto de peças. Essas peças eram tão acondicionadas em caixas com etiquetas padronizadas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS Museu Antropológico Laboratório de Arqueologia	
Coleção Iluska Simonsen	
Etiqueta n. 02	Caixa n° 20
SÍTIO (sigla/nome):	
MUNICÍPIO: Planaltina de Goiás UF.: GO	
INTERVENÇÃO/ANO:	
QUADRÍCULA:	MANCHA:
NÍVEL:	Material: Lítico
OBS	
Antiga Caixa 8	
Esse conjunto de peças veio acompanhado de 3 etiquetas, todas com informações relativas a coleção didática, a saber – peça com reentrância, plainas e bifaces, totalizando 21 peças, mas foram encontradas apenas 10 peças sendo que 2 delas foram retiradas para o kit pedagógico – estágio obrigatório Museologia	
Pesquisador Camila Moraes, Luzia de Paula e Ana Maria Aguiar Data: Maio de 2015	

Figura 07. Exemplo de etiqueta de saco (LabArq, Museu Antropológico).

		
PESQUISADORA Iluska Simonsen		PROJETO COLHEÇÃO ILUSKA SIMONSEN
SIGLA		SÍTIO
MUNICÍPIO/GO Planaltina de Goiás		ÁREA/REGIÃO ARQUEOLÓGICA
COLEÇÃO Iluska Simonsen	MATERIAL Lítico	ANO 1973/1974
CONTEÚDO Antiga Caixa 09 – a sequência de número de caixas ora seguida se refere ao trabalho de organização da coleção no que concerne à conservação preventiva das peças, acompanhado da separação de objetos para a montagem de kits pedagógicos (Projeto M/AL - Maleta Arqueológica do Lab/Arq) Caixa com 1 saco/etiqueta, com o seguinte conteúdo: Etiqueta 1 – 265 peças (sendo que 8 peças foram separadas para o kit, ou seja, o total anterior era de 273 peças) TOTAL DA CAIXA: 265 peças		
LOCALIZAÇÃO DO ACERVO Sala: Armário: Prateleira:		CAIXA Nº 24

Figura 08. Exemplo de etiqueta de caixa (LabArq, Museu Antropológico).

No que concerne aos materiais a ser inseridos nos kits, um inventário individual era preenchido, com as dimensões de cada objeto. Para a medição utilizamos o paquímetro, tomando por parâmetro na descrição da planilha o lado maior, o lado menor e a espessura das peças. Aprendemos a desenhar os fragmentos de cerâmica, utilizando o ábaco, criando assim uma visão do que esta peça foi no passado, aprendemos também a visualizar e tentar decifrar para o que foi utilizada. Após alimentar a planilha com informações de medidas e características das peças, passamos a conferir a numeração.

Parte das peças separadas para os kits já foi inserida em placas de polietileno expandido (*etaphoam*). Primeiramente medimos e cortamos a espuma de polietileno expandido, com o cuidado para que o encaixe de cada peça fosse perfeito.

Realizamos a organização e a verificação de cada “MALA”, lembrando que até o momento foram feitas três, contendo peças de lítico e cerâmica, para serem utilizadas na comunicação e educação patrimonial.

Após toda a organização, o material arqueológico foi acondicionado em caixas de polipropileno, na cor azul, com numeração de 14 a 24, tendo total de 2.907 peças. Contudo, como a reserva técnica estava em processo de organização, essas numerações foram substituídas por outras, conforme segue: 14=750, 15=751, 16=752, 17=753, 18=754, 19=755, 20=756, 21= 757, 22= 758, 23= 759 e 24=760.



Figura 09. Material organizado, separado para compor novas coleções.



Figura 10. Exemplo das peças inseridas em placa para utilização nos kits pedagógicos.

Por fim, indicarei alguns pontos relativos a comunicação museológica dessa coleção. A Ação Educativa Museal está no grupo da Comunicação da cadeia operatória museológica, formado pela Expografia e a Ação Educativa.

A Educação Museal exerce influência nas metodologias pedagógicas, dinâmicas de voz, postura, abordagem entre outros pontos, dependendo do público, sendo um dos maiores desafios da educação museal responder de maneira eficaz as variedades de público que compõem a visita de um museu” (SANTOS, 2016, p.25).

Conforme Luzia Silva e Camila Moraes Wichers (2017), em texto que busca apresentar uma das ações educativas desenvolvidas a partir da MALA, durante os estágios acadêmicos do Curso de Museologia realizados no MA/UFG, mais especificamente no LabArq, constatou-se que no contexto das coleções Iluska Simonsen e Acary Passos de Oliveira, existiam lacunas significantes que prejudicavam a interpretação dos objetos, mas que os potencializavam para o desenvolvimento de ações educativas e com a visão de ampliar e socializar estes acervos foram elaborados kits pedagógicos pelos estagiários. Dessa forma:

O Projeto MALA – Maleta do LabArq tem investido na perspectiva de integrar museu, escolas e outros tipos de instituições educativas, visando tratar de temas pouco discutidos ou abordados, através da socialização e divulgação de kits pedagógicos compostos por objetos arqueológicos (SILVA e WICHERS, 2017, p. 15).

Foram formados três kits pilotos, Mala1- Arqueologia entre tempos e espaços; Mala2 – Pedras para todos os usos; Mala 3- Arqueologia e Diversidade Cultural. De acordo com (WICHERS, 2013, p.12). Tratam-se de kits com caráter itinerante, portanto, experimentações são extremamente necessárias para a sua avaliação. Tem como objetivo democratizar o patrimônio arqueológico goiano e ser um mecanismo permanente de diálogo e construção entre o LabArq, o Museu Antropológico e as Escolas do Ensino público. A seguir apontaremos características próprias de cada kit:

MALA 1 - Arqueologia entre tempos e espaços



Figura 11. Capa do conjunto de fichas da MALA 1.

Conforme Tony Boita, museólogo que atuou na concepção do primeiro kit pedagógico, quando ainda era discente do Bacharelado em Museologia da UFG, foram selecionados trinta artefatos dos períodos pré-colonial e histórico pertencente a coleção Iluska Simonsen do MA/UFG.

A Mala, nada mais é do que uma maleta de couro, que transportará: I- Uma exposição itinerante, com trinta artefatos dos períodos pré-colonial e histórico; II- Dois livros que darão suporte teórico aos professores, e os auxiliarão na leitura das fichas; III- Três jogos educativos para estimular a criatividade e, 05 fichas que auxiliarão o educador no desenvolvimento de suas atividades. (BOITA, 2014¹).

MALA 2 - Pedras para todos os usos



Figura 12. Capa do conjunto de fichas da MALA 2.

¹ Comunicação Pessoal.

Conforme Luzia Silva e Camila Wichers, a MALA 2 possui cinco categorias de componentes:

Objetos arqueológicos: 26 objetos em pedra lascada e um seixo utilizado na produção dos artefatos lascados, totalizando 26 peças; Fichas pedagógicas: 18 fichas; Materiais de apoio do LabArq: caderno de apoio ao multiplicador intitulado “Educação Patrimonial e Arqueologia: atravessando tempos e fronteiras espaciais” (Martins, et al 2011), bem como Caderno de atividades para o público infanto-juvenil, com o mesmo título; Jogos educativos do LabArq: foram inseridos dois jogos da memória e um quebra-cabeça, todos produzidos anteriormente pela equipe do LabArq com imagens de objetos arqueológicos que compõem o acervo do Museu Antropológico; Uma lupa para incentivar o exame de peças. (2017, p. 110).

MALA 3 - Arqueologia e Diversidade Cultural

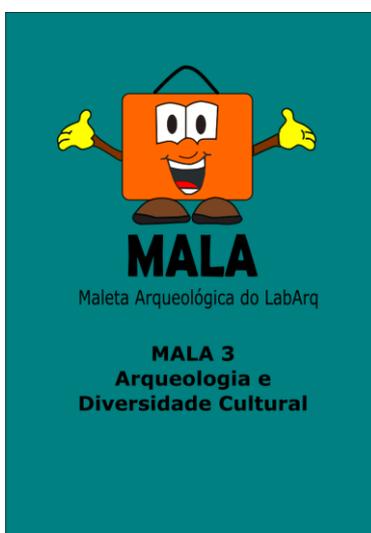


Figura 13. Capa do conjunto de fichas da MALA 3.

Visando compreender o processo de concepção desse kit, consultei Karlla Kamylla Passos dos Santos, participante da formação da MALA 3, hoje museóloga, que me narrou da seguinte forma a experiência

... foi um processo tão lindo, no contexto da cadeia operatória da Cristina Bruno, teve todo o processo de conservação, documentação, porque tinha muita coisa sem informação, todo o processo de exposição, escolhemos as peças que entraram, o Henrique (aluno do curso de graduação de Museologia e também participante da formação deste kit), fez todo o processo de colocar no polietileno, e a parte de ação educativa que foi a que mais participei com as fichas e tudo, enfim foi um processo lindo, eu gosto muito. (PASSOS, nov. 2017)²

Verifiquei nesta declaração o entusiasmo em que este projeto foi elaborado, não tinha tido acesso ao TCC defendido por minha colega de curso, Karlla Kamylla Passos dos Santos,

² Comunicação Pessoal.

pois ainda não foi disponibilizado no site da UFG e neste mesmo dia ela me enviou, nele consegui informações relevantes. O Projeto MALA foi iniciado por Tony Boita, então aluno do curso de museologia (hoje museólogo), conforme já apontado. Em estágio realizado por outros alunos do curso de graduação em Museologia foi verificada a oportunidade de se ampliar este projeto realizando a criação das outras malas já mencionadas anteriormente: MALA 2 e MALA 3.

A Mala 3 foi apresentada no dia 19 de maio de 2015, pela professora Camila Moraes e os alunos que participaram de sua elaboração na programação da Semana de Museus realizado no Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA/UFG).

A meu ver fica registrado a importância da ação educativa relacionada a bens arqueológicos, antes perdidos em lacunas de informações, hoje criando informações a pessoas à margem deste contexto histórico, criando narrativas, e incluindo pessoas, conforme aponta Santos, acerca de uma das ações realizadas no MA, tendo como material de apoio a MALA 3:

...uma das crianças tinha baixa visão... já tinha observado isso quando eles chegaram. No momento de tocar nas peças ela pode participar de maneira completa da atividade, diferente da visita na exposição que todos veem com mais facilidade e ela se esforça para ver com muita dificuldade. Com as peças arqueológicas da MALA, ela pode ver, dentro das limitações dela, mas também cheirar, tocar e sentir o peso (...) (SANTOS, 2016, p. 80).

3.2. AS NOVAS DIRETRIZES PARA TRATAMENTO DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS: APONTAMENTOS PARA A CONTINUIDADE DO TRABALHO COM A COLEÇÃO ILUSKA SIMONSEN

A coleção em pauta é formada por 37 caixas, segundo listagem disponibilizada pelo arqueólogo do Museu Antropológico, Diego Mendes. Dessa forma, uma vez que foram organizadas até o momento 11 caixas, com o total de **2.907 peças**, tendo sido algumas peças selecionadas para os kits pedagógicos (MALAs), **temos ainda 70% da coleção a ser organizada, e não sabemos quantas peças estão nas 26 caixas restantes.**

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) considerando ser necessária a padronização, monitoria e gerenciamento das atividades para a conservação do patrimônio arqueológico, criou a Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016 que “Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móvel, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bens Arqueológico Móvel” (IPHAN, 2016, p.1). Essa portaria trouxe novas

demandas para o tratamento de coleções arqueológicas. Dessa forma, as informações das 11 caixas tratadas até o momento deverão ser transferidas para a Ficha de Cadastro de Bens Móveis (exposta adiante), sendo que as caixas a ser organizadas ainda poderão ser ordenadas de forma a contemplar as novas demandas.

Se faz notória a importância das recomendações nos itens XV e XVI ao nosso estudo de caso, a documentação e também para a musealização da Arqueologia: “XV. Os bens coletados deverão ser inventariados pelo arqueólogo antes de serem entregues a Instituição de Guarda e Pesquisa...” (IPHAN, 2016, p. 6). Com o preenchimento da Ficha de cadastro de Bem Arqueológico Móvel as informações não serão perdidas. Segue o modelo a ser seguido:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL			
1- Procedência e Localização Atual			
1.1 Sítio:			
1.2 N° do processo:			
1.3 Endereço:			
1.4 Instituição:			
1.5 Endereço:			
2 – Dados Gerais			
2.1 Número (s) de registro (s) ³ :			
2.2 Denominação:			
2.3 Descrição:			
3. Categoria:			
<input type="checkbox"/> Artefato	<input type="checkbox"/> Estrutura/feição	<input type="checkbox"/> Zooarqueológico	
<input type="checkbox"/> Ecofato	<input type="checkbox"/> Sedimento/solo	<input type="checkbox"/> Outros: _____	
<input type="checkbox"/> Bioarqueológico	<input type="checkbox"/> Arqueobotânico		
4. Subcategoria:			
<input type="checkbox"/> Construção/arquitetônico	<input type="checkbox"/> Embalagens/recipientes		
<input type="checkbox"/> Insígnias	<input type="checkbox"/> Amostras/fragmentos		
<input type="checkbox"/> Objetos cerimoniais	<input type="checkbox"/> Alimentação		
<input type="checkbox"/> Transporte	<input type="checkbox"/> Medicinal		
<input type="checkbox"/> Objetos pessoais	<input type="checkbox"/> Pintura		
<input type="checkbox"/> Castigo/penitência	<input type="checkbox"/> Escultura		
<input type="checkbox"/> Medição/registo/observação/processamento	<input type="checkbox"/> Indeterminado		
	<input type="checkbox"/> Outros: _____		
5. Materiais:			
<input type="checkbox"/> Borracha	<input type="checkbox"/> Fóssil	<input type="checkbox"/> Osso	<input type="checkbox"/> Flora
<input type="checkbox"/> Carvão	<input type="checkbox"/> Lítico	<input type="checkbox"/> Papel	<input type="checkbox"/> Fauna
<input type="checkbox"/> Cerâmica	<input type="checkbox"/> Madeira	<input type="checkbox"/> Sedimento	<input type="checkbox"/> Vidro
<input type="checkbox"/> Faiança	<input type="checkbox"/> Malacológico	<input type="checkbox"/> Plástico	<input type="checkbox"/> Indeterminado
<input type="checkbox"/> Porcelana	<input type="checkbox"/> Metal	<input type="checkbox"/> Têxtil	<input type="checkbox"/> Outros: _____
<input type="checkbox"/> Couro			
6. Cor:			
<input type="checkbox"/> Monocromático	<input type="checkbox"/> Indeterminado		

³ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

<input type="checkbox"/> Policromático	<input type="checkbox"/> Outros: _____		
7. Técnica de Produção:			
<input type="checkbox"/> Lascado	<input type="checkbox"/> Perfurado	<input type="checkbox"/> Taxidermizado	<input type="checkbox"/> Forjado
<input type="checkbox"/> Picoteado	<input type="checkbox"/> Roletado	<input type="checkbox"/> Tecido	<input type="checkbox"/> Indeterminado
<input type="checkbox"/> Polido	<input type="checkbox"/> Torneado	<input type="checkbox"/> Assoprado	<input type="checkbox"/> Outros: _____
<input type="checkbox"/> Modelado	<input type="checkbox"/> Moldado	<input type="checkbox"/> Fundido	
8. Decoração:			
<input type="checkbox"/> Alisado	<input type="checkbox"/> Ungulado	<input type="checkbox"/> Pintado	<input type="checkbox"/> Estêncil
<input type="checkbox"/> Brunido	<input type="checkbox"/> Incisão	<input type="checkbox"/> Punção	<input type="checkbox"/> Entalhe
<input type="checkbox"/> Corrugado	<input type="checkbox"/> Impressão	<input type="checkbox"/> Aplique	<input type="checkbox"/> Não se aplica
<input type="checkbox"/> Escovado	<input type="checkbox"/> Plástica	<input type="checkbox"/> Engobe	<input type="checkbox"/> Outros: _____
9. Integridade			
<input type="checkbox"/> Íntegro	<input type="checkbox"/> Fragmentado	<input type="checkbox"/> Reconstituído	
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção):			
<input type="checkbox"/> Bom (sem deterioração)			
<input type="checkbox"/> Regular (não compromete o todo. Ex.: fissuras, esmaecimento, afloramento de sais, esfarelamento etc.)			
<input type="checkbox"/> Ruim (compromete o todo. Ex.: quebradiço, com manchas, alto grau de corrosão)			
<input type="checkbox"/> Péssimo (perdas irreversíveis)			
Descrição: _____			
11. Intervenções sofridas:			
<input type="checkbox"/> Higienização a seco	<input type="checkbox"/> Dessalinização	<input type="checkbox"/> Estabilização	
<input type="checkbox"/> Higienização com água	<input type="checkbox"/> Remoção	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Colagem/refixação	<input type="checkbox"/> Consolidação	<input type="checkbox"/> Não se aplica	
<input type="checkbox"/> Restauração/reconstituição			
Descrição: _____			
12. Recomendações de conservação:			
13. Invólucro/acondicionamento			
<input type="checkbox"/> Saco Plástico (Polietileno ou poliéster)	<input type="checkbox"/> Papel livre de ácido ou ph neutro		
<input type="checkbox"/> Tecido não tecido de polipropileno (TNT)	<input type="checkbox"/> Espuma de polietileno		
<input type="checkbox"/> Não tecido de polietileno de alta densidade (Tyvek)	<input type="checkbox"/> Manta acrílica		
<input type="checkbox"/> Plástico Bolha	<input type="checkbox"/> Não possui		
<input type="checkbox"/> Papel	<input type="checkbox"/> Outros: _____		
14. Armazenamento			
<input type="checkbox"/> Caixa de papelão	<input type="checkbox"/> Não possui		
<input type="checkbox"/> Caixa de papelão livre de ácido ou ph neutro	<input type="checkbox"/> Outros: _____		
<input type="checkbox"/> Caixa de polipropileno colorida (polionda)			

() Caixa de polipropileno sem coloração (polionda)
15. Inscrições e marcas de uso:
16. Filiação cultural:
17. Medidas (largura, comprimento, altura, diâmetro, profundidade):
18. Peso:
19. Fotografias coloridas e com escala:
20. Observações Gerais:

Figura 14: Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.

Para que as informações não sejam perdidas se faz necessário que a instituição mantenha atualizada a catalogação e o inventário do acervo, utilizando sistemas de identificação e localização (etiquetas) nos invólucros e mobiliário. A formação de coleções educativas deverá ser registrada e documentada pela instituição, excluindo desta forma a ausência de informações do acervo. (IPHAN, 2016, p. 12, VI.6).

Conforme o contexto das várias recomendações da Portaria 196 para tratamento de coleções arqueológicas, visto que quando as primeiras intervenções realizadas na Coleção Iluska Simonsen são datadas anteriormente à sua criação, verifica-se a necessidade de nos adequarmos a estas atualizações, sendo necessário para tal empreendimento, tempo e profissionais capacitados e dedicados a normatizar a coleção inserida no Museu Antropológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho retomamos ideias e aprendizados obtidos durante o Curso de Graduação em Museologia. Conceitos chaves como Museu e suas Políticas Públicas, Museologia, a profissão do museólogo e suas atribuições, Museografia e cadeia operatória museológica, chegando, por fim, na conclusão da importância da documentação museológica para acervos arqueológicos.

A Coleção da Iluska Simonsen, ao estar desprovida de informações compreensíveis dos locais de coleta, sem grande parte da informação científica gerada em uma pesquisa arqueológica, teve sua musealização dificultada. Diante desses desafios, já na década de 1980, Delza Ferreira Tavares Bueno buscou compreender essa coleção, efetuando um extenso diagnóstico de suas condições e dos desafios a serem enfrentados (BUENO, 1986). Em 2014, uma parte dessa coleção, doada recentemente por Iluska Simonsen, foi organizada, sob a coordenação da professora Dilamar Cândida Martins, então diretora do Museu (MARTINS, 2014). Foi nesse momento, que estagiários do Curso de Museologia, empenhados na busca da ressignificação deste acervo iniciaram um projeto de extensão “MALA – Mala Arqueológica do LabArq” mostrando assim a importância da interação entre museu e alunos do curso de Museologia. Uma coleção, cujo destino de silêncio (DIAS, 2010), até então, predominava, passou a inspirar trabalhos cotidianos no Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico e a resultar em novas leituras. Buscamos sintetizar, aqui um pouco dessa experiência, onde ações de salvaguarda e comunicação foram realizadas.

Dentre as cerca de 22 mil peças reportadas, anteriormente por Bueno (1986), as equipes envolvidas no projeto MALA, nos anos de 2014 e 2015, manipularam 2.907 peças. Cabe apontar que essas peças correspondem a 11 caixas, de 37 caixas da coleção, o que nos faz supor que peças podem ter sido perdidas entre o trabalho na década de 1980 e o trabalho ora realizado.

Um esforço dessa pesquisa foi traçar, ainda que sumariamente, aspectos das novas normativas do IPHAN para organização de acervos arqueológicos, a fim de apontar a necessidade de que as mesmas sejam seguidas na continuidade do trabalho.

Conclui-se que é de suma importância a utilização de métodos de gestão de acervos, bem estruturados e padronizados que permitam a preservação dos vestígios arqueológicos, uma vez que elaboração e execução do processo de documentação museológica de coleções resulta em informações que possibilitam seu uso e ressignificação pela sociedade. Esses

processos podem servir como base para a construção de novos sistemas e modelos, que poderão ser usados em projetos futuros. O importante é que as informações sejam preservadas, visando à salvaguarda do objeto arqueológico e ampliando suas possibilidades de comunicação.

REFERENCIAS

ARAÚJO, Gustavo de Oliveira. **Com Quantos Paus Se Faz Uma Boneca? – “Entalhes” De Uma Etnografia Da Boneca De Madeira Karajá**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://ppgas.cienciassociais.ufg.br/up/188/o/2014_-_Gustavo.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017. 156 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus / organização e textos**, José do Nascimento Junior; Mário de Souza Chagas. – Brasília: MinC, 2007. 184 p.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia: Algumas Ideias Para A Sua Organização Disciplinar**. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia e Comunicação**. Cadernos de Sociomuseologia: Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1996.

_____, Maria Cristina Oliveira. **Museus e Patrimônio Universal**. In: V Encontro do ICOM BRASIL. Fórum dos Museus de Pernambuco. Recife, 2007.

_____, Maria Cristina Oliveira. **Caderno de Quadros Referenciais**. Disciplina: Patrimônio Arqueológico e Musealização. Pós-graduação em Arqueologia – MAE/USP. 2004.

_____, Maria Cristina Oliveira; WICHERS, Camila Azevedo de Moraes (orgs.). **Revista de Arqueologia**. Sociedade de Arqueologia Brasileira. Volume 26 n. 2 2013/ Volume 27 n. 1 2014, São Paulo.

BUENO, Delza Maria Ferreira Tavares. **Relatório**. 1986.

CHAGAS, Mário de Souza. **Memória de poder: dois movimentos**. Ensaios de Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia: Estudos Avançados de Museologia. Lisboa, 2011.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100 p.

DIAS, Adriana Schmidt. **Caminhos Cruzados? Refletindo sobre os Parâmetros de Qualidade da Prática Arqueológica no Brasil**. In: Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo, p. 14-15. out. 2010.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. **Museus e conhecimento interdisciplinar**. In: Revista Museu, v. 1, p. 1, 2009. Revista digital: www.revistamuseu.com.br

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação**. Cadernos Museológicos, Rio de Janeiro: IBPC, 1990.

ICOM/UNESCO. **Código Deontológico para os Museus**. Buenos Aires: International Council of Museums, 1986/Barcelona: International Council of Museums, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia dos Museus Brasileiros** / Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

LEAL, Ana Paula da Rosa. **Musealização da Arqueologia: Documentação e Gerenciamento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná**. Monografia. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2011.

LEAL, Ana Paula da Rosa. **Arqueologia, Museologia e Conservação: Documentação e Gerenciamento da Coleção proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS)**. Dissertação. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014.

LIMA, Tania Andrade. **Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN, n. 33. Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Museologia – Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, 2012.

LIMA, Nei Clara de. **O museu Antropológico da UFG e a interlocução com povos indígenas**. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero. **Questões indígenas e museus: debates e possibilidades** / Coordenação. -- Brodowski: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. p. 71-77.

FERREZ, Helena Dodd, **Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática**. Trabalho apresentado no IV Fórum de Museus do Nordeste, Recife, 1991.

JUCÁ, Luciano Costa. **Museu Antropológico da UFG - Uma trajetória de Eventos e Mudanças. O Primeiro Acervo, Sua Documentação e Equipe e Inventário**. Monografia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://www.cienciassociais.ufg.br/up/106/o/TCC_Luciano_Museologia_UFG_2016.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017. 68 p.

MARTINS, Dilamar Cândida; VAZ, Ludimilia Justino de Melo; OLIVEIRA, Tatyana Beltrão de; OLIVEIRA, Weylla Bento de. **Educação Patrimonial e Arqueologia: Atravessando tempos e fronteiras espaciais**. Caderno de Apoio ao Professor. Universidade Federal de Goiás. Museu Antropológico. Laboratório de Arqueologia. 2011. 128 p.

MARTINS, Dilamar Cândida. Relatório. Museu Antropológico – Relatório não publicado. 2014.

MENSCH, Peter Van. **O objeto de estudo da museologia**. Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994. (Pretextos museológicos, 1).

MOUTINHO, Mário. **Museus e Sociedade**. Monte Redondo (Portugal): Museu Etnológico, 1989. (Coleção Cadernos Património, 5).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **LEI Nº 7.287, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1984 - Regulamentação da Profissão de Museólogo**. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; VIANA, Sibeli Aparecida. **O Centro-Oeste antes de Cabral**. Revista USP, São Paulo, n. 44, p. 142-189, dezembro/fevereiro 1999-2000.

PRIMO, Judite; REBOUÇAS, Daniella; MATEUS, Diogo. **Base de Dados Museológica – Manual do Utilizador**. In: Caderno de Sociomuseologia nº 14. ULHT, 1999.

SANTOS, Karlla Kamylla Passos dos. **Ações Educativas e seus Públicos: Museu de Arte Contemporânea, Museu Antropológico e Museu de Morfologia**. Monografia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016, 152 p.

SIMONSEN, Iluska. **Alguns Sítios Arqueológicos da Série Bambuí em Goiás: (notas prévias)**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás (Museu Antropológico), 1975.

SILVA, Luzia A. de Paula; WICHERS. Camila Azevedo de Moraes. **Aproximando pessoas e coisas: kits de objetos arqueológicos como recursos pedagógicos e de mediação sensorial**. In. Educação patrimonial [recurso eletrônico]: práticas e diálogos interdisciplinares / organização, Átila Bezerra Tolentino, Emanuel Oliveira Braga. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF: 4,2 megabytes). – João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2017. – (Caderno Temático; 6) 160 p.

WICHERS. Camila Azevedo de Moraes. **Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: caminho da prática brasileira**. Tese de doutorado em Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Museologia. Programa de Doutorado em Museologia, Lisboa, 2010.

_____. Camila Azevedo de Moraes. **Museus comunitários e patrimônio arqueológico: constrangimentos, desafios e possibilidades de diálogo**. IV Simpósio Internacional de Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em <<https://sicsufg.files.wordpress.com/2015/12/wicherscamila-a-moraes-museus-comunitc3a1rios-e-patrimc3b4nio-arqueolc3b3gico-constrangimentos-desafios-e-possibilidades-de-dic3a1logo.pdf>>. Acesso em 03 dez. 2017.

ANEXOS

RELATÓRIO DELZA FERREIRA TAVARES BUENO - PARECER

A coleção Iluska Simonsen

Profa. Orientadora Edna Luíza de Melo Taveira

Título: Documentação Museológica de Coleção de Arqueologia

Período: 01/07/84 a 28/02/85 prorrogado a março de 86

Objetivo: estudo e especificação arqueológica, participação em cursos e pesquisas de campo, atentando ao prazo de duração da bolsa.

Pesquisa iniciada sobre estudos da indústria lítica a partir de seu manuseio em laboratório e em conformidade com regras de manuseio museológicas para organização da coleção arqueológica.

Constatou-se ao longo desse processo:

- 1) Importância da pesquisa científica para formação de coleções correspondentes ao período abordado
- 2) Conhecimento obtido através do manuseio de peças de museu oriundas da indústria lítica

DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE COLEÇÕES DE ARQUEOLOGIA

Agradecimentos

Índice

Introdução

Anexos

Introdução

- Relatório visa atender pressupostos da Bolsa de Aperfeiçoamento/Cnpq Docum. Museológica de Coleções de Arqueologia.

- Objetivo: Apresentar resultados obtidos por DELZA FERREIRA TAVARES BUENO em atividades no Museu Antropológico da UFG;

- O trabalho sofreu interrupções devido a participação em pesquisas de campo oferecidas no período. Surgiu ainda a oportunidade de inserir este trabalho no projeto Curadoria de Acervo.

- A importância da documentação museológica está na necessidade de se transmitir o universo cultural contido no objeto museológico.

- O trabalho foi dividido em capítulos

Capítulo 1

- Situar os vestígios arqueológicos em contexto histórico e geográfico em relação à pesquisa de campo a ser efetuada

Capítulo 2

- Procedimentos adotados para o desenvolvimento do trabalho: manuseio das peças e documentação museológica das coleções

Capítulo 3

- Análise das informações e questionamentos levantados.

GENERALIDADES DA PESQUISA

1- Sítios Cadastrados: situam-se preferencialmente na região do Rio Tocantins, em um total de 9

Mapa do estado de Goiás para Cadastramento dos Sítios Arqueológicos

2- Aspectos Geográficos: baseados na publicação de Iluska Simonsen. O trabalho utilizou a publicação para inserir material arqueológico em seu espaço geográfico de origem. A localização refere-se aos municípios de Planaltina e São João da Aliança

Com 800m acima do nível do mar, elevam-se formações calcárias com grutas rupestres próximas a oficinas líticas. O clima varia de tropical a tropical de altitude, a vegetação preponderante é o cerrado com bruscas mudanças de temperatura.

Ainda hoje a região é rica em animais de caça de pequeno e médio porte. As prospecções foram realizadas próximas aos rios Paranã e Cocal. As oficinas líticas encontram-se próximo ao divisor de águas das Bacias do Rio São Francisco e Tocantins.

3- Aspectos Históricos:

Resultado de pesquisa de campo e laboratório desenvolvido anteriormente à esse trabalho. O contexto cultural deve ser entendido de forma relacionada e indissolúvel onde pesquisa e laboratório fornecem juntos, uma interpretação coerente.

Na arqueologia, a intrínseca relação entre pesquisa de campo e laboratório, garantem a qualidade do trabalho científico. O sítio arqueológico ao ser escavado, é destruído. Assim, os objetos se transformam em documento vivo de uma realidade cultural do grupo a que pertence.

Lançamos mão de pesquisas anteriores com o objetivo de avançar nosso trabalho. Dividiu-se o fator histórico em: - Histórico da Instituição (o acervo é constituído de produções arqueológicas e etnográficas - indígena e popular – pesquisas efetuadas por estudiosos e doações) – : referem-se a prospecções realizadas no segundo semestre de 1974 e primeiro semestre de 1975 no município de Planaltina de Goiás pela pesquisadora Professora Iluska Simonsen. Metodologia utilizada: pesquisa bibliográfica, prospecções ativas e interpretação dos resultados em laboratório. Os sítios relacionados na pesquisa estão relacionados de acordo com a ordem cronológica da pesquisa. – Histórico da Pesquisa: constatou-se que em diversos momentos, o material prospectado foi manuseado sem que se fizesse registros metodológicos. Parte das informações foram obtidas através de funcionários do museu e que ainda trabalham na instituição. Por este motivo, os dados foram divididos em dados objetivos (escritos) e dados subjetivos (orais)

OBJETIVOS: Inventário de Peças Líticas Catalogadas que receberam número de série e sítio a que pertencem. O levantamento de material comprovou que o sistema de numeração adotado pelo Projeto Anhanguera de Arqueologia de Goiás, mostrava-se confuso, desvinculando o número sequencial da peça registrada. Optou-se pelos registros subjetivos, consultando antigos funcionários. Tal ação não resultou positivamente mas descobriu-se que a confusão se deveu ao fato de que o funcionário responsável pelo acervo, estar licenciado quando das mudanças ocorridas. Tentou-se ainda um contato com a pesquisadora Iluska Simonsen. Desta forma, buscamos a forma mais precisa e objetiva para historiar sobre os artefatos.

PROCEDIMENTOS DO TRABALHO

- Buscamos informações que auxiliassem na compreensão global do objeto em estudo.

As informações foram obtidas do Relatório de Pesquisas Arqueológicas, Quadro de Registros de Pesquisas Arqueológicas do Museu Antropológico, Relação de Amostragem de Peças Destinadas a Atividade Didática.

O desencontro de informações contidas nestes documentos, provocou a busca de evidências diretas constantes em objetos sob a guarda do Museu Antropológico. Detectou-se: correspondência entre o objeto e sua catalogação; objetos cuja referência não correspondia às informações dos documentos e vestígios sem referência ou correspondência. Procedeu-se ainda, limpeza, anotações conforme realidade apresentada, procedência, acondicionamento dos objetos e imunização. Estabeleceu-se ainda, critérios e técnicas a serem utilizadas para desenvolvimento do plano proposto.

LEVANTAMENTO DOS DOCUMENTOS

- Para este trabalho considerou-se, todos os papéis, mapas e outros documentos, independentemente de sua condição física ou caráter oficial, onde houvesse referência ao trabalho arqueológico da instituição. Após a seleção dos documentos passou-se à sua análise especificamente segundo alguns critérios: nome, data, natureza, autor, número de peças relacionadas, sítios e observações.

O resultado deste estudo será apresentado no capítulo 3

LEVANTAMENTO DO MATERIAL

- Constatou-se desencontro de informações e partiu-se para a observação direta do material. Verificou-se não correspondência de número de etiqueta com número do documento, objetos sem qualquer numeração ou correspondência em documento escrito, peças marcadas com tinta ou esmalte, material lítico associado a fragmentos ósseos etc. Definiu-se então, critérios para registro de qualquer objeto constante nas caixas a serem catalogadas. Foram confeccionadas Planilhas de Levantamento com os seguintes critérios: - data do levantamento – referência da caixa – marca da peça. Foram criados ainda, códigos que facilitassem a confecção de planilhas, seguindo-se o quantitativo das peças. A planilha ainda apresentou OUTROS MATERIAIS (devido a existência de material ósseo, cerâmico, carvão etc.). Finalmente um espaço para OBSERVAÇÕES (etiquetas, informações a serem averiguadas, dúvidas etc.)

A medida que se iniciou o trabalho, observou-se a necessidade de selecionar as caixas de acordo com o material contido nelas. Este trabalho foi feito em duas etapas:

- 1) Material sem procedência, numeração ou identificação
- 2) Material com informações, constando em documentos ou com etiquetas de algum tipo

Logo percebeu-se que a Planilha inicial deveria ser modificada.

As condições encontradas das peças impediu uma rigorosa seleção.

Após a confecção da planilha, iniciou-se o levantamento propriamente dito.

LIMPEZA E IMUNIZAÇÃO: ocorreu a medida em se que abria cada caixa. Constatou-se terra nos objetos, ninhos de insetos, material lítico embalado inadequadamente, assim como fragmentos cerâmicos e ósseos.

Procedeu-se da seguinte forma: peças líticas lavadas com água e escova, peças limpadas a seco com pincel e para os fragmentos ósseos utilizados pastilhas de formol e sílica gel.

ORGANIZAÇÃO: ocorreu em dois momentos – em uma organização preliminar e segundo, na organização das coleções. A atividade deu-se finalmente segundo: sítio, sequência numérica, outras marcas, etiquetas, ausência de referências. Novas etiquetas internas e externas foram confeccionadas, com dados reais quanto ao material acondicionado.

DA ORGANIZAÇÃO DAS COLEÇÕES: A sequência adotada para a formação das coleções segue: Código de Numeração das Peças Líticas, Inventário de Peças Líticas, Pinta de cor, ausência de marca, outros materiais. Em seguida iniciou-se o Inventário das Peças.

NUMERAÇÃO DAS PEÇAS: Adotou-se o sistema de numeração adotado pelo Museu Antropológico para as peças da coleção Huska Simonsen. (?), cujo objetivo é uniformizar a catalogação nos museus brasileiros. Exemplo: 74.002.I (74 o ano da entrada da peça no museu/// 002 número da coleção referente a gruta ou sítio/// I – primeira peça da coleção). Assim, ficou estipulado a numeração das peças e coleções conforme o quadro II.

Em continuidade a esse procedimento, iniciou-se o inventário das peças.

Em virtude do caráter museológico e arqueológico do presente trabalho, foram observados três diferentes registros: Inventário das peças, Ficha de Análise Tipológica – Lítica, Ficha de Inventário Museológico Lítico, em diferentes momentos na elaboração do trabalho.

Para o inventário das peças, adotou-se o sistema do Projeto Anhanguera de Arqueologia de Goiás. Consiste em folhas duplas de papel quadriculado, contendo número de registro, etiqueta, número da caixa, procedência, camada, material, objeto, estado de conservação, matéria prima, modo de aquisição, documento comprobatório, data de entrada no museu, número antigo e observações.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Provoca a necessidade de análise de vários aspectos resultantes da investigação dos documentos e do material.

Análise dos documentos

Registro de Peças Arqueológicas

Inventário de Peças Líticas

Relação de Amostragens (4 , 5, 6 e 7)

Código de Numeração de Peças Líticas

Obs.: alguns números relacionados no referido código não foram encontrados. (Extraviadas? Peças não marcadas?)

Publicação

Inventário dos Sítios Arqueológicos: ficou evidenciado um resultado a partir de dois momentos. Inicialmente, o manuseio da pesquisadora entre campo e laboratório. E em segundo momento, sofreu a intervenção de outra equipe de trabalho que promoveu a reorganização com objetivos específicos, inclusive didático, na tentativa de fornecer um caráter museológico.

Em linhas gerais, obteve-se dados relativo a cada sítio catalogado. Os demais sítios não possuem acervo no museus.

ANÁLISE DAS PLANILHAS

De acordo com critérios pré-determinados, os resultados obtidos foram:

1. Quanto a data do levantamento: agosto de 84 a outubro 85
2. Quanto as referências da caixa: serviram como base ao levantamento, pois os demais critérios estão relacionados à estas referências.

3. Quanto a marca da peça: o que mais elucidou quanto a peça, respondendo questionamentos quanto a procedência do material, mas nem todas as marcas tiveram seu motivo esclarecido
4. Quanto a etiqueta: as informações contidas nas etiquetas internas, pouco se pode elucidar já que para as letras utilizadas, não conseguimos encontrar correspondência.
5. Quanto a outros materiais: vestígios de ossos, cerâmica, carvão, coquinho, madeira e sementes
6. Quanto ao número de peças: 22.576 peças encontradas
7. Quanto as observações: material sem referência quanto a sua procedência/material sem marca nas peças mas com etiquetas indicativas de procedência/ material oriundo de sítios não cadastrados/ material de um ou mais sítios relacionados

Os resultados não foram muito esclarecedores na análise das planilhas devido a ausência de informações coerentes. Passamos assim, a análise de resultados.

Em relação ao quantitativo das peças levantadas, constatou-se um número significativamente superior ao constante nos documentos ou nas etiquetas encontradas. Em decorrência da falta de informações, 2/3 do material ficou cadastrado como sem procedência, o que é lamentável frente ao desenvolvimento apresentado pelas peças lascadas.

Sobre as informações colhidas de cada sítio, verificou-se:

- Sítio prospectado e cadastrado com indicativo de procedência
- Sítio com informação de procedência, mas não havendo registro de suas peças
- Sítio prospectado e com registro de peças

Não há correspondência entre o que está catalogado e as peças encontradas. Acredita-se que boa parte das peças sem procedência, sejam destes sítios cadastrados e que não apresentem registros de peças.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

- Buscou-se, no desenvolver do trabalho, procedimentos para o estudo do material arqueológico- lítico em laboratório de forma a atender técnicas museológicas para documentação de coleções.

- É indispensável sistematizar o trabalho do arqueólogo a nível de pesquisa de campo e laboratório.

Ficou constatado que a pesquisa de campo e o laboratório são etapas complementares e quando não respeitadas, geram o desconforto quando da ausência de informações confiáveis e/ou ausência de dados de completam a pesquisa.

- O trabalho do museólogo é conservar, ordenar e apresentar em seu contexto, o produto da criação cultural do homem.

- Cabe a arqueologia estabelecer as bases de referência que auxiliem na compreensão do presente através de um passado reconstituído.

- Embora este trabalho tenha seguido todas as regras buscando esclarecer dados sobre as coleções em questão, a ausência de informações confiáveis ou registros, dificultam e por vezes impedem a reconstituição sociocultural dos humanos que as criaram de forma que representem a realidade por eles vivida.

- Diante destas dificuldades, propomos um estudo mais didático – pedagógico cujo resultado permita oferecer amparo à comunidade universitária e a todos que busquem atividades acadêmicas com objetivo educativo.